

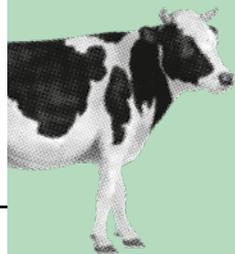
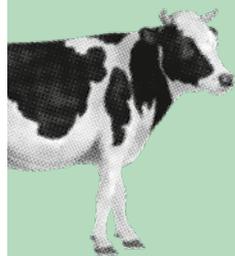


PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 58
FEV/MAR 2021

#462



Devastadora cultura do excesso

CONSUMO CONSCIENTE É RESPONSABILIDADE
COMPARTILHADA ENTRE CIDADÃOS, EMPRESAS
E GOVERNOS PARA PRESERVAR O PLANETA

KAMALA HARRIS:
ESPERANÇAS E DÚVIDAS

ALCOOLISMO MATA
3 MILHÕES POR ANO

ENTREVISTA

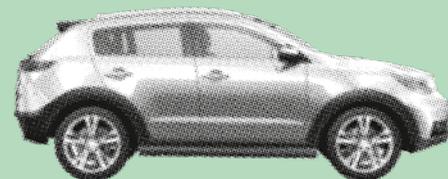
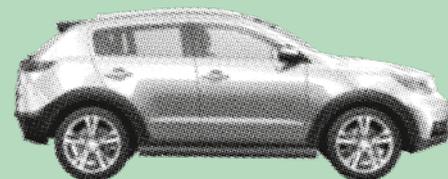
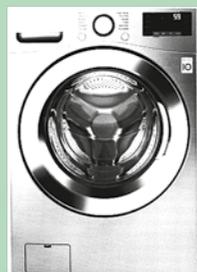
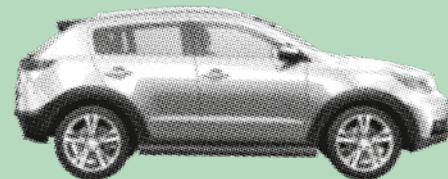
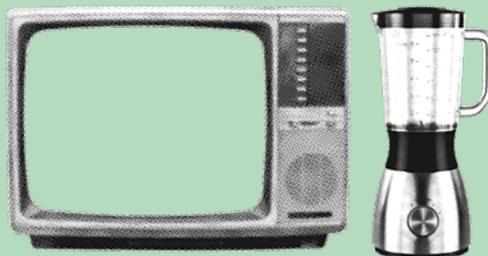
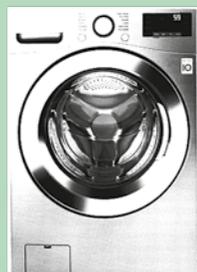
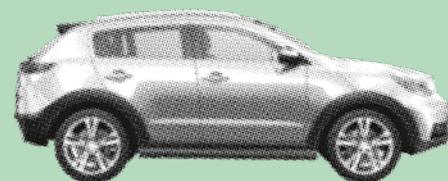
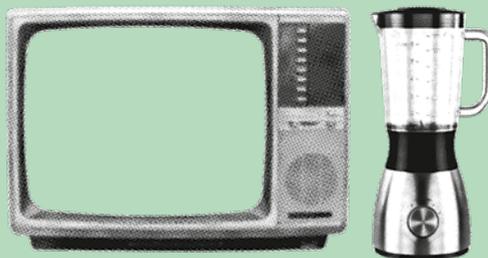
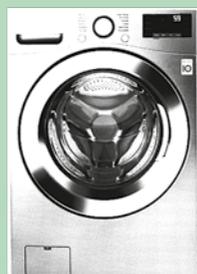
Thiago de Aragão

“O Brasil não é uma das 10 ou 15 prioridades de Biden.”

INTERNACIONAL

China

50 anos na ONU e influência crescente



R\$15,90



COLO DE PAI.

FECOMERCIO-SP

Qualicorp

PROTEJA O ESSENCIAL

com um plano de qualidade
que cabe no seu bolso.

Só com a Qualicorp e com a FECOMERCIO-SP
você, **Empregador do Comércio**, tem condições
especiais na adesão de um dos melhores planos
de saúde do Brasil.

A partir de:

R\$ 320¹

SulAmérica
Saúde

bradesco
saúde

Central Nacional
Unimed

amil

Ligue:
0800 799 3003

Se preferir, simule seu plano em
qualicorp.com.br/oferta.

¹R\$319,99 - Plano Qualicorp Estilo Nacional ADS I - E (EA) (registro na ANS nº 482.202/19-1), da Central Nacional Unimed, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva, abrangência geográfica de atendimento nacional (tabela de Maio/2020 - SP). A disponibilidade e as características da rede médica e/ou do benefício especial podem variar conforme a operadora de saúde escolhida e as condições contratuais do plano adquirido. Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as condições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Janeiro/2021.

SulAmérica:
ANS nº 006246

Bradesco Saúde:
ANS nº 005711

Central Nacional Unimed:
ANS nº 339679

Amil:
ANS nº 326305

Qualicorp
Adm. de Benefícios:
ANS nº 417173



8

 Capa
 CONSUMO COM RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

16

Entrevista

THIAGO DE ARAGÃO ANALISA POLÍTICA EXTERNA COM BIDEN



20

Artigo

"IMPRESSÕES DE FUTURO", POR VITOR MAGNANI



22

Ciência

DESTAQUES NO TWITTER EM 2020



26

Site PB

INFORMAÇÃO E ANÁLISE SOBRE O PAÍS

28

Perfil

EXPECTATIVAS E DÚVIDAS SOBRE KAMALA HARRIS



32

Artigo

 "PEDAGOGIA DO OPRIMIDO 2.0",
 POR FELIPE BOTELHO CORREA


33

Artigo

 "PUBLICIDADE NÃO MUDARÁ IMAGEM
 DO BRASIL", POR DANIEL BUARQUE


34

Saúde

MÚLTIPLOS DANOS CAUSADOS PELO ALCOOLISMO

40

Publieditorial

 POR QUE A REFORMA
 ADMINISTRATIVA É NECESSÁRIA?


42

Internacional

 CHINA: 50 ANOS NA ONU E
 INFLUÊNCIA CRESCENTE

44

Artigo

 "BOLSONARO, O ILIBERAL BRASILEIRO",
 POR PAULO DELGADO


45

Artigo

 "INFLAÇÃO E CRESCIMENTO EM 2021",
 POR ANTONIO LANZANA

46

Charge

JEAN GALVÃO

MUDAR O RUMO DA HISTÓRIA

Imaginar que os recursos naturais do planeta estão se deteriorando muito mais rápido do que a capacidade da Terra de renová-los é alarmante. Entretanto, não se trata apenas de "correr contra o tempo", mas de avançar rumo à direção do consumo consciente.

O conceito ainda é considerado modismo por muitos. Contudo, o cenário visível da precariedade ambiental prova o contrário. O assunto é abordado na matéria de capa desta edição de PB, cujo conteúdo percorre a atuação de consumidores e de setores do meio ambiente, do comércio, da indústria e do governo. A pandemia exigiu da sociedade a priorização daquilo que é, de fato, essencial. Mesmo assim, ainda prevalece uma postura inclinada à aquisição excessiva de bens materiais que, por sua vez, acabam por gerar um complexo processo de reciclagem. E como o Brasil carrega déficits históricos na área educacional, essa lacuna exige uma atuação ainda mais robusta dos envolvidos para deter a engrenagem do descarte desenfreado.

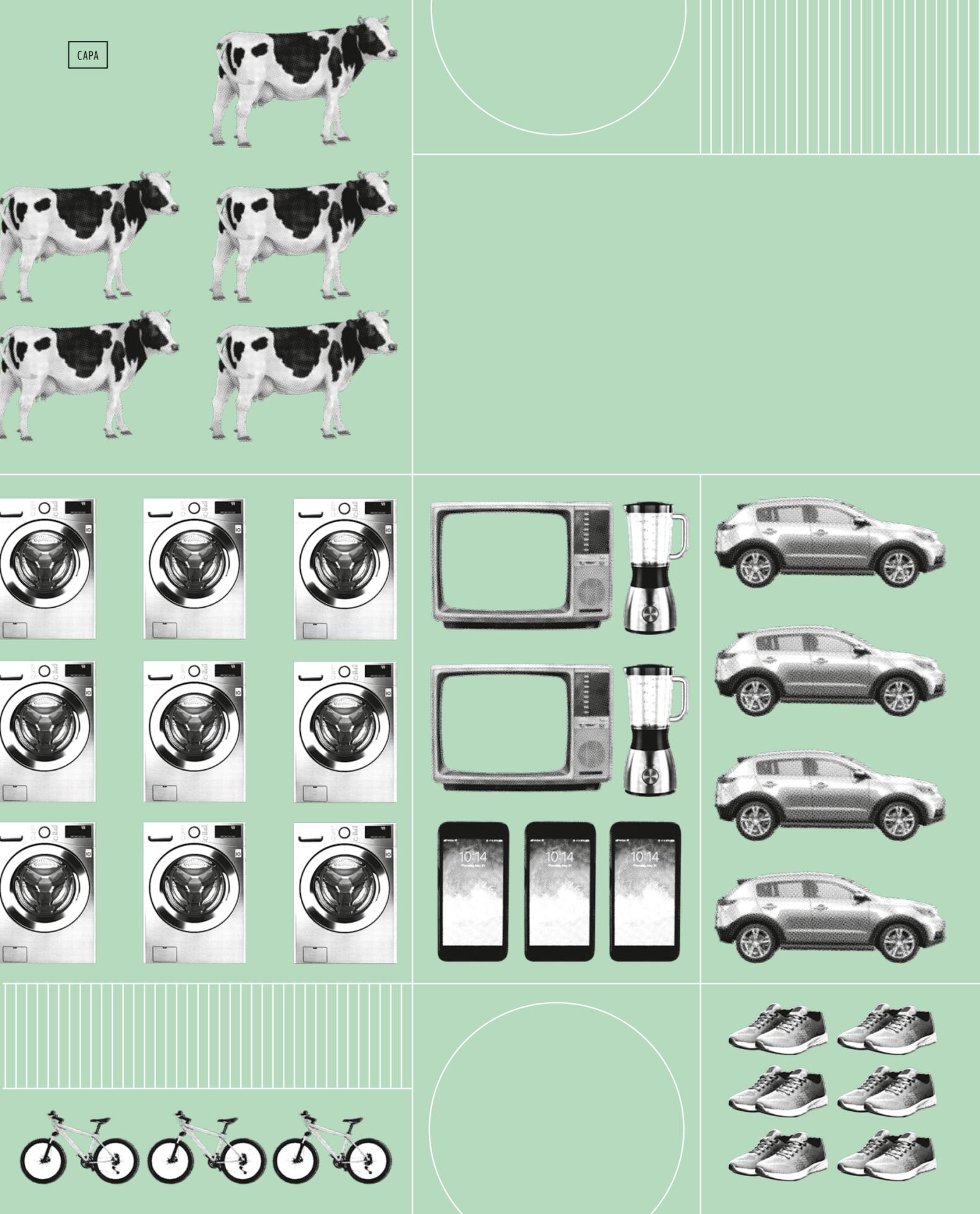
Tomamos como exemplo os aparelhos celulares. A cada ano, são lançados inúmeros modelos no mercado, com novas funcionalidades, ocasionando um movimento em massa de substituição de produtos antigos pelos recém-chegados às prateleiras. A destinação correta da embalagem já é um passo importante. Como garantir, porém, o mesmo procedimento para os cerca de 60 componentes que integram, em média, um dispositivo móvel? As necessidades da economia e da natureza devem caminhar juntas.

Saúde e ciência também estão entre os assuntos frequentes da publicação, dada a importância de ambas ao bem-estar social. Desta vez, mostramos os prejuízos da ingestão do álcool, minimizados pelo senso comum, mesmo sendo considerado uma droga.

Analisamos ainda a extensão da nova conjuntura internacional, com a chegada do democrata Joe Biden à presidência dos Estados Unidos. Buscamos entender o que pode mudar na relação entre a China, maior parceiro comercial do Brasil, e os Estados Unidos, nação mais influente do mundo.

Iniciamos 2021 com a reflexão de que, cedo ou tarde, os gargalos não resolvidos do País recaiam sobre o nosso presente, comprometendo o futuro. Se não agirmos para mudar o rumo da história, continuaremos a pagar a conta, cada vez mais alta e sem qualquer retorno.

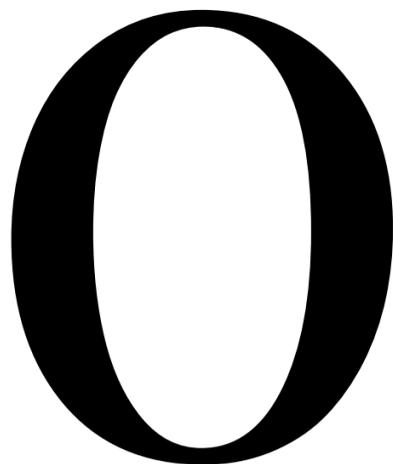
ABRAM SZAJMAN,
 presidente da
 Federação do
 Comércio de Bens,
 Serviços e Turismo do
 Estado de São Paulo
 (FecomercioSP),
 entidade gestora
 do Sesc-SP e
 do Senac-SP



COMPRAR COM CONSCIÊNCIA

O sistema capitalista pressupõe economia baseada em consumo. Entretanto, o consumismo está acabando com os recursos do planeta. A deterioração acontece em velocidade maior do que a Terra se recompõe. A saída, então, é buscar a melhor equação entre consumir e preservar. Uma das chaves é o consumo responsável, baseado na responsabilidade compartilhada entre cidadãos, empresas e governos.

texto LÚCIA HELENA DE CAMARGO | ilustração JOÉLSON BUGGILLA



O estudante Thomas Toledo-Brown, 20 anos, filho de mãe brasileira e pai inglês, usa a bicicleta como principal meio de transporte, compra roupas usadas, encaminha o lixo para a reciclagem e reflete muito antes de tomar qualquer decisão de compra. Consumidor consciente por excelência, ele já adota hábitos integrados à economia do século 21, pautada pela responsabilidade compartilhada, na qual cada um precisa fazer a sua parte.

Thomas estuda na Universidade Royal College of Music (RCM), em Londres, no Reino Unido. Como a família vive em Eastleigh, cidade a 120 quilômetros da capital inglesa, o rapaz mora em uma república com outros três estudantes. Aproximadamente 80% da bolsa de estudos que recebe da instituição de ensino, no valor de 8 mil libras anuais (cerca de R\$ 56 mil), são destinados ao pagamento do aluguel. Ele complementa o orçamento dando aulas de música. “Andar de bicicleta é divertido, saudável para mim e para o ambiente. E não gasto com transporte”, diz. O jovem relata que logo depois de comprar algo considerado “não essencial”, como a câmera

para filmar suas viagens de bicicleta, na qual gastou 200 libras (cerca de R\$ 1,4 mil), faz uma doação no mesmo valor para uma instituição de caridade. “Funciona como compensação. Há muita gente que não tem o básico para viver. E eu não preciso de muitas coisas para ficar feliz”, conclui Thomas.

Como evidência a sabedoria intuitiva do jovem, a busca por felicidade e bem-estar está na raiz do consumo. O professor Fábio Gallo, coordenador do curso Como Gastar Conscientemente, da Fundação Getulio Vargas (FGV), afirma que esse questionamento perpassa todas as lições. “O consumo não pode ser confundido com felicidade. E isso acontece com frequência. O objetivo é ensinar o aluno a manter o controle sobre o próprio orçamento”, afirma. “Não queremos transformar todo cidadão em um pão-duro contumaz e quebrar a economia, mas é preciso pensar no futuro”, observa Gallo.

CARRO NOVO TODO ANO

Se o atual ritmo de consumo não diminuir, o risco é de não haver futuro. Segundo dados da organização Global Footprint Network (GFN), hoje seria necessário 1,6 planeta para suprir as necessidades consumistas da humanidade, ou seja, a deterioração acontece em velocidade maior do que a Terra se recompõe. “O desenvolvimento sustentável passou da fase do modismo para se revelar uma necessidade. Temos de nos preocuparmos agora com a atual e as futuras gerações”, afirma o professor Danilo de Oliveira Sampaio, pós-doutor em Gestão e Marketing pela Universidade do Porto (Portugal).

Sampaio estudou os dilemas que, em princípio, contrapõem os objetivos do capitalismo (vender cada vez mais para que as economias cresçam) à necessidade de manter a sustentabilidade e distribuir renda. “Alguns gestores poderão indagar de que maneira as empresas vão produzir mais, garantindo mais empregos, se o consumo diminuir. Simples: basta focar no desenvolvimento de novos produtos sustentáveis, desde a concepção da ideia até a produção e logística de distribuição.” Para ele, “em vez de vender e bater metas, podemos focar em estratégias para cuidar das populações mais pobres. Com isso, chegaremos a um mundo mais justo e igualitário”. O acadêmico lidera, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o grupo de pesquisa Descor, que estuda desenvolvimento sustentável e consumo. “Há quem



Fernanda Iwasaka, do Instituto Akatu, sugere o investimento em embalagens feitas de materiais biodegradáveis, para diminuir a geração de lixo. E Thomas Toledo-Brown, 20 anos, consumidor consciente desde cedo

UM CELULAR CONTÉM CERCA DE 60 MATERIAIS DIFERENTES. DESMONTAR, SEPARAR E ENCAMINHAR TUDO DE VOLTA À INDÚSTRIA CUSTA MAIS CARO DO QUE O VALOR DA VENDA. MESMO ASSIM, É UM TRABALHO QUE PRECISA SER FEITO

Fonte: Green Eletron



compre carro ou celular novo todo ano, para suprir uma necessidade psicológica, de pertencer a grupos. Temos que mudar de hábitos.”

A GFN divulga anualmente o Earth Overshoot Day (Dia de Sobrecarga na Terra). É o dia em que a humanidade esgotaria tudo o que foi produzido naquele ano. Entram no cálculo o consumo de alimentação, moradia, bens, serviços e transporte. Registrada desde 1970, a preocupante efeméride ocorre cada vez mais cedo.

PANDEMIA E MUDANÇAS

Será que a necessidade do isolamento levou à diminuição no consumo? Na percepção de Thiago Pinto, cofundador e CEO da Organização Não Governamental (ONG) eureciclo, na verdade, o que teria aumentado é a clareza sobre a quantidade de resíduos gerada diariamente em uma única casa. “Acreditamos que o cenário potencializou a procura do consumidor por escolhas mais sustentáveis. E que no mundo pós-covid-19 ele adotará um posicionamento mais crítico em relação às marcas que consome.”

A sondagem Tendências de Consumo no Pós-Pandemia, concluída em outubro de 2020 pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), revela mais detalhes sobre essa transição no comportamento: 72% dos entrevistados disseram que mudaram o padrão de consumo durante a

pandemia. Uma das alterações mais significativas foi que a necessidade de ficar mais tempo em casa levou 46% a aumentar a quantidade de compras pela internet ou pedidos por aplicativos. Para que a comida e os artigos comprados sejam transportados até a casa do consumidor, tudo precisa ser embalado. Chegamos, assim, ao desafio imposto à indústria, ao comércio e à consciência dos compradores: será que estamos pensando nas embalagens, tanto em termos de custos quanto de desperdício gerado?

O faturamento das empresas de embalagens ligadas à Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Plásticas Flexíveis (Abief) fechou o terceiro trimestre de 2020 com alta de 8,8% em relação ao mesmo período anterior. A entidade sinaliza que o balanço anual será positivo para o setor, principalmente em relação à demanda na área de alimentos, que absorveu 203 mil toneladas de embalagens plásticas flexíveis entre janeiro e setembro de 2020. Em relação ao notório crescimento do volume de embalagens em circulação em consequência da pandemia, ele afirma: “O aumento de embalagens sustentáveis é real em nossa indústria. Para aumentar a reciclagem, contamos com a interação de todos os elos das cadeias de valor.”

A pesquisa da FecomercioSP atesta que 47% das pessoas que compraram online na pandemia pretendem continuar a fazê-lo. Para reduzir

EQUIPAMENTOS EFICIENTES

A Plataforma Clima & Consumo, lançada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) em novembro 2020, ajuda o consumidor a economizar com energia, ao escolher eletrodomésticos mais eficientes. “O consumo consciente reduz custos e impacto ambiental. Alguns desses equipamentos podem ser um pouco mais caros, mas rapidamente a economia na conta de luz compensa tal diferença”, diz o engenheiro ambiental Cláudio Leite, coordenador do Programa de Energia e Sustentabilidade do Idec.

Acesse: <http://climaeconsumo.idec.org.br/equipamentos>

POR QUE NÃO DESCARTAR PILHAS NO LIXO COMUM?

O maior problema relacionado ao descarte de pilhas e baterias portáteis no lixo comum é que metais como níquel, zinco, manganês, lítio, mercúrio, chumbo, cádmio, entre outros, acabam vazando quando a peça começa a se decompor, contaminando os lençóis freáticos, que por sua vez se conectam a lagos, rios e reservatórios. Esses metais, nocivos aos humanos e animais, podem chegar às cadeias alimentares por intermédio de produtos agrícolas irrigados com a água contaminada.

o excesso de embalagens, Fernanda Iwasaka, analista de Conteúdos e Metodologias do Instituto Akatu, ONG sem fins lucrativos que trabalha por conscientização e mobilização da sociedade para o consumo consciente, traz sugestões como “oferecer aos clientes a opção de devolver as caixas para reutilização e reciclagem, por meio de revendedores parceiros e empresas de entrega” e “investir em caixas reutilizáveis feitas de materiais biodegradáveis”.

RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

O Akatu desenvolveu a pesquisa Vida Saudável e Sustentável 2020, em conjunto com a consultoria GlobeScan. Uma das conclusões foi que 70% dos consumidores brasileiros consideram ser responsabilidade das empresas garantir que seus produtos sejam seguros e saudáveis, além de não agredirem o meio ambiente.

Cristiane Cortez, assessora técnica do Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP, afirma que é preciso ir além. “Sim, temos de cobrar ações das empresas e dos governos, mas ainda falta um sentimento de responsabilidade individual. Muita gente reclama que ‘não há incentivo’ para reciclar o lixo, por exemplo. Se o caminhão da coleta seletiva não passa no seu endereço, separe os materiais e leve até um ponto de entrega voluntária quando for trabalhar ou caminhar. Eles estão por toda parte”, diz. Na cidade de São Paulo, há 1,5 mil PEVs [pontos de entrega voluntária] e 115 ecopontos. A Prefeitura oferece também o aplicativo Limpa Rápido, que mostra os endereços para entrega de recicláveis e os horários das coletas (comum e seletiva).

Tornar-se parte responsável talvez seja apenas uma questão de entrar em conformidade com a lei, já que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída por meio da Lei 12.305,

de 2 de agosto de 2010, estabelece a chamada “responsabilidade compartilhada” pelo ciclo de vida dos produtos, tornando toda a cadeia de consumo responsável pelo descarte correto. Não escapa ninguém. A lista abrange não só fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores, como também os serviços públicos de limpeza urbana e, até mesmo, o manejo de resíduos sólidos.

O objetivo é reduzir a quantidade de lixo acumulada em aterros e lixões. Entretanto, ainda há muito a avançar para que a ideia seja incorporada tanto pela população quanto pela iniciativa privada e pelos órgãos públicos, de maneira que as ações de todos sejam pautadas pela diretriz indicada no documento.

Segundo a assessora da FecomercioSP, a capital paulista equiparou, pela Lei 17.471, de 30 de setembro de 2020, as empresas de varejo que comercializam marcas próprias a fabricantes, obrigando-as a destinar corretamente pelo menos 22% das embalagens que colocam no mercado todo ano. Outro destaque é que a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) passou a exigir, em 2018, que a empresa comprove a prática da logística reversa para obter ou renovar a licença de operação.

O cumprimento das obrigações por parte dos comerciantes pode ocorrer de forma individual ou coletiva, por meio da instalação de PEVs na loja, adesão a termos de compromisso ou parcerias com fabricantes e importadores para a destinação final de produtos pós-consumo e embalagens. Vale ainda a compensação ambiental – semelhante aos “créditos de carbono”, sistema por meio do qual o varejista remunera o operador da logística reversa –, independentemente de ser cooperativa ou empresa de coleta e destinação de resíduos.



“O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PASSOU DA FASE DO MODISMO PARA SE REVELAR UMA NECESSIDADE. TEMOS DE NOS PREOCUPAR AGORA COM A ATUAL E AS FUTURAS GERAÇÕES.”

DANILO DE OLIVEIRA SAMPAIO,
professor e pós-doutor em Gestão e Marketing
pela Universidade do Porto (Portugal)

CONTA QUE NÃO FECHA

Nesta parte da engrenagem, entra a Gestora de Resíduos Eletroeletrônicos Nacional (Green Eletron). Criada em 2016 pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), sem fins lucrativos, é mantida por cerca de 40 associados – fabricantes e importadores de eletroeletrônicos. A entidade tem como incumbências estabelecer parcerias para a instalação de coletores, fazer campanhas educativas e cuidar da gestão dos materiais, da coleta até a destinação final para a reutilização como matéria-prima.

“A conta da reciclagem não fecha no Brasil, nem em lugar algum do mundo. Um telefone celular, por exemplo, contém cerca de 60 materiais diferentes na sua composição. Desmontar, separar e encaminhar cada um deles de volta à indústria, para que entrem novamente na cadeia produtiva, custa mais caro do que o valor da venda. Mas é um trabalho que precisa ser feito. Os recursos naturais são finitos”, afirma Ademir Brescansin, gerente-executivo da

Green Eletron e do movimento Eletrônico Não é Lixo. “Existe a crença popular de que os metais preciosos que existem dentro de alguns eletroeletrônicos enriquecem as recicladoras. Isso é mito”, enfatiza.

A Green Eletron divulga ter fechado 2019 com 530 toneladas de lixo eletrônico efetivamente recicladas, recolhidas em 414 pontos de entrega no País. O montante incluiu ferro, aço, cobre, estanho, zinco, chumbo, entre outros metais, além de 47,5 toneladas de plástico. De acordo com os cálculos da entidade, 69 toneladas de CO² deixaram de ser emitidas em razão do reaproveitamento desses materiais. Para 2021, a expectativa é reciclar mais de 600 toneladas. “Com a participação da população, estamos confiantes que vamos conseguir atingir a marca”, diz Brescansin.

A entidade comemora o bom resultado obtido com pilhas e baterias portáteis, que tiveram aumento na quantidade recolhida, mesmo nos piores meses da pandemia. Na soma de todos os 4,52 mil PEVs espalhados pelos

26 Estados e no Distrito Federal, a empresa recolheu 47,1 toneladas desses materiais, entre março e julho de 2020. No mesmo período de 2019, foram 27,3 toneladas – aumento de mais de 70%. A hipótese que explica a alta é o confinamento. “Ao fazer arrumações em casa, as pessoas abriram gavetas esquecidas e acabaram descobrindo cabos, pilhas, baterias e celulares antigos”, diz o gerente. Desde o início do programa, em 2010, a Green Eletron já encaminhou para a reciclagem o total de 1,8 mil toneladas de pilhas.

O PROBLEMA DO E-WASTE

O relatório The Global E-waste Monitor 2020, divulgado pela Universidade da Organização das Nações Unidas (ONU), em julho de 2020, estima que 53 milhões de toneladas de aparelhos eletroeletrônicos foram jogadas no lixo em 2019, mas apenas cerca de 10 milhões de toneladas foram recicladas. O Brasil figura em primeiro lugar na América Latina e quinto no mundo entre os maiores produtores de resíduos eletrônicos (e-waste), ficando atrás apenas de China, Estados Unidos, Índia e Japão. Ao todo, foram geradas no País 2,1 milhões de toneladas de e-waste, das quais menos de 3% foram recicladas.

Uma conquista em termos nacionais foi o Decreto Federal 10.240/2020, que estabeleceu metas progressivas para a reciclagem dos eletroeletrônicos inseridos no mercado por fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de equipamentos de uso domiciliar. A norma, em vigor desde 1º de janeiro, prevê que neste primeiro ano (2021), quando deverão ser atendidas 24 cidades com mais de 800 mil habitantes, será obrigatório reciclar 1% do total. O percentual cresce ano a ano, chegando a 17% em 2025.

De acordo com a Green Eletron, a soma da produção dos seus associados atualmente chega a 70 mil toneladas anuais, o que cria a obrigação de reciclar pelo menos 11,9 mil toneladas.

Há quem tenha começado antes mesmo de ser obrigação, como a Leroy Merlin, que em



DIA DE SOBRECARGA DA TERRA



Fonte: Global Footprint Network

2008 implantou um comitê de desenvolvimento sustentável e, em 2009, criou um programa de logística reversa, sendo que a PNRS só seria iniciada em 2010. A empresa operou o sistema de maneira independente até 2015, recolhendo 47 toneladas de lixo eletrônico em cinco anos. Hoje, os coletores presentes em todas as lojas funcionam em parceria com a Green Eletron.

As lojas da Leroy oferecem também 12 selos que informam sobre produtos responsáveis, que economizam água e energia, reduzem a poluição do solo, são obtidos de materiais reciclados, entre outras qualidades sustentáveis. “Até pouco tempo atrás, o cliente que vinha em busca de uma torneira automática, uma descarga de duplo fluxo ou um tambor para armazenamento de água de chuva, tinha como maior apelo a economia de dinheiro; mas isso vem mudando: percebemos aumento na frequência de pessoas que chegam às lojas pensando longe, na preservação dos recursos do planeta”, afirma Eduardo Borges, analista de sustentabilidade da empresa.

O grupo Leroy aplica dentro da própria casa os princípios que prega no varejo. “Hoje temos 23 lojas e três centros de distribuição certificados”, afirma Borges. Ele informa que as unidades, chamadas de “ecoeficientes”, ao adotar melhores práticas, economizam 29% de energia elétrica e 14% de água nas médias mensais em relação às não certificadas.

NADA DE DESCARTÁVEIS

Para avançar mais, rumo ao consumo sustentável, é essencial o engajamento do público. Nesse sentido, contribui o trabalho de entidades como o Serviço Social do Comércio de São Paulo (Sesc-SP), que mantém iniciativas como o programa Lixo: Menos é Mais, lançado em 2010, que eliminou xícaras, copos e talheres descartáveis de suas cafeterias, substituindo por utensílios feitos de materiais duráveis; também parou de distribuir sachês individuais de temperos, mantendo nas bancadas frascos e galheteiros, entre outras medidas. No dia 1º de março de 2020, o Sesc-SP deixou de vender água engarrafada nas comedorias, como parte da campanha Água de Beber, que tem entre as finalidades minimizar impactos ambientais com a geração de resíduos e garantir a todos, pelo menos dentro das dependências das unidades, o direito universal do acesso gratuito à água.

“As ações que visam à melhora da qualidade de vida das pessoas e os ambientes em que elas vivem são inerentes aos conceitos de sustentabilidade que estão presentes nos programas do Sesc-SP. No programa Lixo: Menos é Mais, a revisão de atitudes relacionadas ao modo como consumimos e descartamos materiais na instituição é posta em prática na realização de ações educativas, permanentes, em conjunto com o público frequentador. A gestão e o encaminhamento dos resíduos são determinantes para desenvolver o sentido de que ações dessa

INICIATIVAS PÚBLICAS PARA O CONSUMO RESPONSÁVEL

- Incentivos fiscais para a produção de alimentos orgânicos e produtos feitos de materiais reciclados.
- Financiamento para taxas adequadas, a fim de que a população de baixa renda instale fontes de energia alternativa em suas casas.
- Introdução do consumo consciente e da sustentabilidade nos ensinamentos fundamentais I e II, conforme definido pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC), aprovada em dezembro de 2017.
- Serviços de coleta seletiva mais amplos.
- Mais estrutura de mobilidade urbana, com instalação de cicloviárias e mais oferta de transporte público.

Fonte: Instituto Akatu



Divulgação

A responsabilidade compartilhada em relação ao uso dos recursos do planeta começa pela compra. Em vez de observar apenas o preço do produto, que tal pensar também sobre quanto lixo será gerado depois?

natureza sejam responsabilidade de todos. São atitudes exemplares frente a uma das questões socioambientais mais importantes da atualidade”, afirma Danilo Santos de Miranda, diretor do Sesc-SP.

Para um consumidor observar a própria “pegada de carbono” não é tarefa fácil, uma vez que não temos controle sobre todos os processos envolvidos nos produtos que consumimos. Já uma empresa que decida perseguir esse objetivo pode contratar especialistas no assunto, como o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), que tem por missão promover o desenvolvimento sustentável por meio da articulação com os governos e a sociedade civil, ajudando as empresas a se tornarem sustentáveis. “Adotamos uma abordagem holística, de economia circular, para incentivar que as organizações olhem para os seus processos e entendam como reduzir o uso de recursos e a geração de resíduos, por meio de ganhos de eficiência, olhando para todo o ciclo de vida do produto”, afirma Marina Grossi, presidente da instituição.

Um dos empecilhos ao maior engajamento na economia circular no Brasil seria que o consumidor ainda privilegia “o preço e a conveniência”, em detrimento das qualidades sustentáveis, de acordo com Marina. “O Brasil tem grande potencial em bioeconomia circular, mas, hoje, ainda predomina a lógica linear de consumo. É fundamental que os consumidores passem por uma mudança de hábitos.”

Se o professor Danilo de Oliveira Sampaio recomenda que as pessoas não troquem de carro todo ano, o administrador Marcelo Souza, CEO da Indústria Fox, que atua nas áreas de reciclagem, remanufatura de eletroeletrônicos e eficiência energética, vai ainda mais longe, defendendo que particulares não comprem automóvel algum. Jamais. Ele cita o estudo *Histories of Transit-Oriented Development* (Universidade da Califórnia, Berkeley, 2009) para embasar a sua tese. “A pesquisa mostra que as pessoas usam o automóvel somente 4% do tempo. Nos demais 96%, o veículo está estacionado”, diz. “Se levarmos em consideração que as famílias chegam a comprometer 20% da renda com a compra de um carro, chegamos ao questionamento: será que todos precisamos ter um veículo ou a gestão desses ativos é algo estratégico?”

Souza argumenta que o modelo da economia compartilhada, no caso dos carros exemplificado pelos aplicativos de transporte como Uber e afins, pode funcionar para muitas outras modalidades. “Uma empresa poderia vender, em vez de impressoras e tinta, documentos impressos, por exemplo, evitando muito consumo desnecessário.”

Fazer com que as pessoas passem a raciocinar de maneira oposta àquela com a qual estão habituadas, entranhadas na sociedade de consumo, talvez seja como entrar em uma via na contramão, enfrentando o perigo de colisão. Enquanto o marketing se desdobra para encontrar o Santo Graal para as vendas – saber o que move o consumidor –, em responsabilidade compartilhada, logística reversa e reciclagem pode não despertar interesse. Mas desanimar não é uma opção para quem atua na área. Fernanda, do Akatu, prefere apostar nas boas perspectivas. “Na pandemia, muitos aprenderam a evitar itens não essenciais. E espera-se que essa e outras mudanças se mantenham quando passar a crise sanitária, como as compras online e a solidariedade entre as pessoas”, diz. “Acreditamos que o consumo tenda a ficar mais consciente.”

&





Divulgação

HORA DE RECOMEÇAR DO ZERO

entrevista
RENATO GALENO

A CHEGADA DE JOE BIDEN À CASA BRANCA DEVE MARCAR FORTE MUDANÇA NA POLÍTICA EXTERNA, COM ÊNFASE NAS ALIANÇAS E NO MULTILATERALISMO. ESTA É A ANÁLISE DE THIAGO DE ARAGÃO, SOCIÓLOGO E DIRETOR DE ESTRATÉGIA DA ARKO ADVICE. EM ENTREVISTA AO **UM BRASIL**, UMA REALIZAÇÃO DA FECOMERCIO-SP, PUBLICADA COM EXCLUSIVIDADE PELA **PROBLEMAS BRASILEIROS**, ELE AFIRMA QUE “A NOÇÃO DE *REALITY SHOW* RELACIONADA À POLÍTICA EXTERNA VAI DIMINUIR, SE NÃO DESAPARECER”. PARA ARAGÃO, BIDEN SABERÁ SEPARAR OS INTERESSES PÚBLICOS DOS PRIVADOS, MAS SE O GOVERNO BRASILEIRO MANTIVER A ATUAL POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, PODE SOFRER PREJUÍZOS ENORMES.

Com a eleição do democrata Joe Biden, podemos esperar uma reconstrução das relações internacionais? Quais são os principais temas?

Primeiro, Trump não tem a relação com o Partido Republicano como o Biden tem com o Partido Democrata. O Biden é mais integrado à lógica, aos diálogos dentro do partido. Isso faz com que os posicionamentos do governo norte-americano com Biden sejam múltiplos. Segundo, a noção de *reality show* relacionada à política externa vai diminuir, se não desaparecer. Trump via os Estados Unidos tão poderosos que pensava que o país deveria agir sozinho. Já Biden vê que o poder dos Estados Unidos está em trazer e angariar um corpo maior de aliados para tratar de determinados temas. Biden tem uma visão multilateral do mundo. Ele entende que o mundo se forma com alianças nas quais os Estados Unidos devem estar na liderança.

Devemos esperar do governo Biden uma aproximação em relação à China ou um tom menos agressivo?

Com o Biden, vamos ter previsibilidade porque veremos as narrativas e os acordos sendo construídos. Eles tendem a ser mais robustos, quando forem implementados. Com relação à China, Biden vai mudar muito a forma, não necessariamente o conteúdo, que será mais submerso, contrapondo-se a Trump. Nas questões de sanções, acredito que Biden enfoque mais nas individuais contra membros do Partido Comunista, dentro das narrativas de direitos humanos, do que naquelas contra grandes empresas dentro da vertente de segurança nacional, tema que impacta os Estados Unidos e todos os aliados, porque é um conceito diluído. Esse tipo de ação na percepção de Biden pode gerar algum tipo de divisão dentro do Partido Comunista da China, que pode vir a ser mais eficiente do que um ataque conjunto que gere unidade.

O Brasil tem sido considerado por muitos uma espécie de pária internacional na questão do meio ambiente. Foi o único país mencionado criticamente por Biden, em um dos debates com Trump. Soma-se a isso, o caráter retórico e ideológico, como a adesão pública do governo brasileiro ao trumpismo. Como serão as relações entre Brasil e Estados Unidos nos próximos dois anos?

A relação entre Brasil e Estados Unidos é dividida entre o governamental e o privado. No âmbito privado, é muito sólida. O nosso mercado financeiro é profundamente integrado ao norte-americano. Temos indústrias norte-americanas há muitas décadas no Brasil e empresas dos Estados Unidos que fazem parte do imaginário brasileiro, como Apple, Microsoft, Amazon, Netflix, entre outras. No campo governamental, isso pode

incomodar muita gente, mas o Brasil não é uma das dez ou 15 prioridades de Biden ou de qualquer outro presidente norte-americano. A relação governamental entre os países vai ser mais superficial, dificilmente vamos ter uma provocação dos Estados Unidos para o Brasil, mas pelo fato de Biden ser do Partido Democrata, a provocação pode sair por meio de um relatório, de uma comissão de relações exteriores da Câmara – como já aconteceu em 2020, sobre meio ambiente ou outro tema. As consequências econômicas podem vir por meio de sanções, mas acho difícil em razão da integração entre os dois países. No entanto, se a percepção de que o Brasil não é um *player* responsável em relação ao meio ambiente for endossada pelo presidente norte-americano, haverá um impacto grande no mercado financeiro, com investidores e empresas evitando serem associados ao País.



TRUMP VIA OS ESTADOS UNIDOS TÃO PODEROSOS QUE PENSAVA QUE O PAÍS DEVERIA AGIR SOZINHO. JÁ BIDEN VÊ QUE O PODER DOS ESTADOS UNIDOS ESTÁ EM TRAZER E ANGARIAR UM CORPO MAIOR DE ALIADOS PARA TRATAR DE DETERMINADOS TEMAS.

O governo Trump iniciou pressão muito forte para evitar que o 5G chinês dominasse o mercado mundial, fazendo alegações de que facilitaria espionagem. O que podemos esperar?

Quando os Estados Unidos começaram a pressionar a Huawei dentro do argumento de segurança nacional, isso teve tanto impacto em vários outros países porque o processo de identificação de um *backdoor* [método para violar sistemas de segurança cibernética] foi identificado pelos Estados Unidos de uma forma que somente eles conseguem fazer. Se os norte-americanos querem convencer outro país sobre espionagem, terão que mostrar como conseguiram a informação. Isso fez com que os Estados Unidos mudassem a narrativa e a operação com relação à Huawei. Quando Trump começou a aplicar sanções em fornecedores da empresa, acendeu-se o alerta, na Inglaterra e na França, de que a Huawei não era necessariamente confiável, não pelas suas qualidades, mas se sanções contra fornecedores continuam acontecendo, o que garante que seis meses depois de implementar essa rede, ela terá que parar? Isso acaba trazendo incerteza. Outra narrativa foi usada pela Alemanha, que questionou o motivo de a empresa chinesa oferecer serviços mais baratos. A Huawei não é listada em nenhuma Bolsa ocidental. Quando uma empresa é listada em Bolsa, precisa abrir sua contabilidade, a transparência deve ser ampla. Por que ela é mais barata? É subsidiada pelo governo? A Huawei negou, mas não tem como comprovar, porque essa informação não está disponível. Outro questionamento alemão foi sobre responsabilidade. Se não se sabe exatamente quem são os responsáveis pela empresa, quem será punido no caso de um problema de espionagem? Acredito que o Brasil não esteja observando a questão da Huawei com esse viés, mas com base na guerra de influência entre Estados Unidos e China. Contudo, não será a empresa chinesa que vai disputar o leilão do 5G no Brasil, serão as operadoras de banda larga, e a vencedora escolherá o fornecedor de seu kit. Se a Huawei puder, será ela; se não puder, a operadora escolherá entre a Nokia e a Erickson.

Como o Brasil deve se relacionar com os Estados Unidos e a China nos próximos dois anos?

A China começou a observar no Norte uma área fértil, com a possibilidade de produzir grãos com pesado incentivo financeiro do governo. Isso não vai acabar com as importações brasileiras, mas irão diminuir. A China também está avançando em conversas para transformar alguns países do sudeste africano em potências agrícolas e fornecedores. Isso não acabaria com as exportações brasileiras, mas diminuiriam novamente. Se os Estados Unidos e a China chegarem a um acordo, a Austrália – país anglo-saxão que, depois dos Estados Unidos, tem mais problemas com a China – pode retomar a exportação de minério, que seguraram um pouco. Não acaba com a importação do Brasil, mas diminui. A Índia aprovou uma nova lei que, em tese, permite a um grande investidor comprar hectares e produzir soja adoidado. Por mais que a China e a Índia tenham relação complexa e tensão crescente, a questão comercial pode vir a ser vista em paralelo e isso também afetaria o Brasil. Não tem problema em atacar, em elevar o tom, desde que isso faça parte de uma percepção, de um movimento de xadrez, dentro de determinada área e que se use os canais corretos. Então, isso gera uma situação que, para o Brasil, a chance de se dar mal é muito grande. Não custa nada o Brasil acabar com essa história, tentando começar do zero a relação neste ano. Isso gera falta de interesse do novo governo norte-americano em relação ao País. Esses são equívocos que mostram que a política externa é feita a partir do Palácio do Planalto. São equívocos, que ao meu ver, não agregam, e o Brasil pode acabar numa situação um pouco mais isolada. Se o mundo retomar proximamente a normalidade como tínhamos há um ano, grande parte das exportações vão cair. A China quer ficar mais autossuficiente, e não temos uma capacidade de diversificação a curto prazo. Também não temos grandes compradores para compensar a perda a curto prazo. Aí pode ocorrer o que aconteceu com vários países do Oriente Médio, quando o preço do barril de petróleo despencou, gerando uma crise fiscal bizarra e problemática.

Uma realização da FecomercioSP, UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta de entrevistas, debates e documentários com nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo desses encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.

ASSISTA À ENTREVISTA POR MEIO DO CÓDIGO QR



IMPRESSÕES DE FUTURO

VITOR MAGNANI
é coordenador-executivo do Conselho de Comércio Eletrônico (CCE) da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP)

O futuro do consumo está nas mãos das pessoas. Podemos chamar de comércio eletrônico, marketplace, comércio social, delivery, *open mall*, shoppings ou outros nomes. O consumo está onde as pessoas queiram que esteja.

Essas ferramentas, que ganharam mais relevância na pandemia de covid-19, são o futuro do consumo. Assim, devemos pensar e cobrar ações para torná-las cada vez mais acessíveis a todas as camadas da sociedade. A expansão, no entanto, deve ocorrer sem contribuir para a diminuição dos recursos naturais do planeta.

No cenário atual, a logística, o transporte e o e-commerce no Brasil são dependentes de processos onerosos. Embora estejam no ambiente digital, as empresas ainda convivem com uma série de heranças que exigem documentos e obrigações acessórias burocráticas e desnecessárias, como guias de transporte, comprovantes de entrega, boletos, enfim, uma infinidade de papéis que sobrecarregam o ambiente de negócios e elevam o custo Brasil.

É importante lembrar que o País amarga a 124ª posição no relatório Doing Business do Banco Mundial e o 54º lugar no ranking da Pesquisa sobre o Governo Eletrônico da ONU

– E-Government Development Index (EGDI) –, o que mostra que ainda há um longo caminho para a simplificação do ambiente de negócios em território nacional.

Quando olhamos a fundo para o processo de logística no Brasil, detectamos, em casos extremos, a impressão de até 16 documentos para que uma única entrega ocorra. Ao considerar os números do Ebit/Nielsen para 2019, que contabilizou quase 150 milhões de compras no comércio eletrônico brasileiro, estamos falando de potencialmente 2,4 bilhões de documentos impressos (150 milhões de pedidos multiplicados por 16 impressões a cada entrega). Isso representa um monumental gasto de papel e insumos, além de queda da produtividade.

Avaliando a questão sob a perspectiva do consumidor final, há dois pontos relevantes: ele paga por toda a ineficiência do processo e suas informações são expostas em cada pacote enviado pelo e-commerce, que obrigatoriamente contém nas notas fiscais dados pessoais como nome, endereço, telefone e CPF, descrição e valor do produto, além de outras informações que caracterizam o recebedor; ou seja, na contramão na legislação vigente que visa à proteção dos dados pessoais, já que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) entrou em vigor em setembro de 2020. O processo de entregas foi formatado dessa maneira para uso de pessoas jurídicas, que não são sensíveis ao sigilo de informações cadastrais, mas há o agravante quando olhamos sob o aspecto de consumidores individuais.

Nesse sentido, queremos construir um novo ambiente, mais fácil e seguro para os consumidores, mais eficiente para os negócios e que poupe o meio ambiente. O projeto Logística Sem Papel, ao qual se integram entidades representativas dos setores de comércio, logística e transporte, tem como objetivo desburocratizar o processo de entrega de mercadorias vendidas tanto pelo comércio eletrônico como pelo varejo físico. São elas: FecomercioSP, Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (Abcomm), Associação Brasileira de Logística (Abralog), Sindicato das Empresas de Transportes de Carga de São Paulo e Região (Setcesp) e Associação Brasileira Online to Offline (ABO2O).

A tecnologia já nos permite a substituição da impressão física de documentos pela emissão em meio eletrônico, trazendo redução de custos, mais segurança e menos burocracia. Uma das iniciativas propostas envolve a eliminação da impressão de documentos fiscais nos processos logísticos de varejistas e transportadores, tais como: Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico (Dacte), Documento Auxiliar do Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (DAMDFE) e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (Danfe).

SIMULAÇÃO

Custo anual da burocracia ao cumprimento das obrigações acessórias para a entrega de mercadorias

Porte da empresa	Faturamento médio anual (R\$)	Gasto anual com papel (R\$)*
MICRO	360 mil	30,6 mil
PEQUENA	4,8 milhões	408 mil
GRANDE	100 milhões	8,5 milhões

*estimativa
Simulação: FecomercioSP

Outra frente de trabalho é o estímulo às entidades e aos agentes de mercado a eliminarem sua movimentação interna de documentos impressos: sem mais contratos, guias, boletos, assim como demais documentos que gastem papel, tinta e tempo das empresas. O uso da assinatura eletrônica de contratos é um dos exemplos.

No ano passado, uma conquista da FecomercioSP foi a substituição da impressão do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (Danfe) pelo Danfe Etiqueta, sem descrição pormenorizada do produto na embalagem. Em 2021, a Entidade segue com outros dois pleitos: digitalização dos documentos fiscais de transporte de mercadorias e a retirada do valor no pacote ou na mercadoria. Essas medidas integram a terceira e mais ambiciosa iniciativa: a reestruturação ampla de regras, para que tenhamos um mercado simples, ágil e digital, que se adapte aos processos ou às novas realidades dos consumidores no Brasil e no mundo.

&

Saiba mais sobre a campanha Logística Sem Papel.

Acesse este código QR, confira a atuação das entidades e como participar!



Vozes da ciência no Twitter em 2020



AGÊNCIA BORI

A Agência BORI é um serviço voltado a jornalistas de todo o País. Profissionais de comunicação cadastrados na BORI encontram pesquisas de instituições brasileiras antes de sua publicação em periódicos científicos e um banco de fontes com centenas de especialistas preparados para atender à imprensa.

Acesse www.abori.com.br.

A ciência, em 2020, teve grande destaque no noticiário e nas redes sociais, impulsionado pela necessidade de entendermos a pandemia de covid-19, e os problemas apresentados por esse evento mundial que já matou mais de 1,5 milhão de pessoas, interrompendo a normalidade de nossas vidas. Para entender quem são os principais interlocutores da ciência em atividade, o Science Pulse e o Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (Ibpad) fizeram uma análise inédita da rede de interações da comunidade científica no Twitter.

A rede de interações analisada foi desenvolvida por meio da base de dados do Science Pulse, ferramenta de social listening focada na comunidade científica parceira da Agência BORI (<https://abori.com.br/sciencepulse/>). Foram analisadas 213.469 publicações de 1,2 mil cientistas, especialistas e organizações científicas sobre o covid-19 feitas no Twitter entre os meses de junho e outubro de 2020. A análise das interações e o mapeamento dos principais influenciadores foram realizados pelo Ibpad.

Os principais influenciadores brasileiros que abordaram o covid-19 foram: o biólogo Atila Iamarino (@oatila), a jornalista Luiza Caires (@luizacaires3), o médico epidemiologista Otávio Ranzani (@otavio_ranzani), a biomédica Mellanie Fontes-Dutra (@mellziland) e o cardiologista Márcio Bittencourt (@MBittencourtMD).

Os principais influenciadores foram selecionados levando em consideração fatores de autoridade, articulação na rede e popularidade – esse último como critério de desempate. A métrica de autoridade demonstra quais são os perfis centrais na difusão de informações na rede e, por consequência, os mais respeitados e/ou com maior prestígio. A de articulação avalia quais perfis são a ponte entre diferentes grupos, com a maior capacidade de difundir suas mensagens. Já a popularidade reflete o possível alcance de determinado perfil na rede, ou seja, diz respeito à quantidade de seguidores que um perfil possui.

O estudo identificou cinco grupos principais da comunidade científica que discutem covid-19 no Twitter e os perfis de destaque em cada um deles. Os grupos são: Pesquisadores e Instituições Brasileiras, Comunidade Global de Cientistas, Perfis Internacionais de Articulação, Pioneiros sobre Covid-19 nas Redes e Instituições de Ponta. Além de indivíduos cientistas, figuram nesta lista os perfis no Twitter das revistas cien-

tíficas *Nature*, *Science* e *The Lancet*, e das universidades de Oxford, Stanford, Princeton, da Flórida e Johns Hopkins, entre outras.

O trabalho também divulga um ranking por medida de influência. Em cada grupo, foram identificados dez perfis de destaque nas métricas de popularidade, autoridade e articulação.

“Todo cientista possui, em virtude de sua formação, um capital social próprio que o diferencia daqueles que não têm a mesma formação. Analisar uma rede de cientistas leva em consideração essa premissa para verificar quais são aqueles que, para além dessa autoridade consolidada, tenham também validação e prestígio concebidos pelos seus pares”, explica Pedro Meirelles, pesquisador do Ibpad e bacharel em Estudos de Mídia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Para Meirelles, um dos principais achados do estudo foi uma hipótese já esperada: a “barreira” do idioma dificulta que brasileiros façam parte da propagação de informação na comunidade internacional. “É o reflexo de um problema muito mais abrangente, que coloca o Brasil à parte da rede colaborativa de conhecimento”, diz.

Já Sérgio Spagnuolo, jornalista e coordenador do Science Pulse, entende que o mapeamento das vozes mais influentes da comunidade científica serve para identificar fontes reconhecidas, de credibilidade, nas quais jornalistas e o público em geral possam se apoiar. “Quando há muita informação – e, pior, desinformação – nas redes sociais, é importante contarmos com cientistas, especialistas e comunicadores da ciência que tenham o reconhecimento de seus pares. É isso que o estudo nos mostra”, complementa.

É importante notar que o ranking não mostra uma versão definitiva sobre o cenário de comunicação científica nas redes sociais. “Por critérios metodológicos adotados, muitos cientistas, especialistas e organizações de renome não entraram no top 5, o que não significa que nossa lista pare por aí. Cientistas como Natalia Pasternak e Paulo Lotufo possuem bastante autoridade nas redes, ao passo que os professores Thomas Conti e Marcia Castro contam com boa articulação entre seus pares, e isso só mostra como a comunidade de influenciadores da ciência se desenvolveu muito no Brasil em 2020”, afirma Spagnuolo.

&

RANKING DOS PRINCIPAIS INFLUENCIADORES

PESQUISADORES E INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS



Atila Iamarino (@oatila)
Luiza Caires (@luizacaires3)
Otávio Ranzani (@otavio_ranzani)
Mellanie Fontes-Dutra (@mellziland)
Márcio Bittencourt (@mbittencourtmd)

COMUNIDADE GLOBAL DE CIENTISTAS

Eric Topol (@erictopol)
Natalie E. Dean, PhD (@nataliexdean)
Michael Mina (@michaelmina_lab)
Carlos del Rio (@CarlosdelRio7)
Maria Van Kerkhove (@mvankerkhove)

Fonte: Science Pulse e Ibpad



UMA REVISTA PARA CLICAR, OUVIR E LER.

Agora, você pode conferir conteúdos exclusivos da **PB** no site ou no nosso podcast.

Ouvimos especialistas, de diversas áreas do conhecimento, sem deixar de retratar a realidade dos anônimos que protagonizam a história brasileira de todos os dias.

Em pauta, os desafios políticos, socioeconômicos e culturais do País.

**QUER LER E OUVIR
AS NOSSAS PÁGINAS?
ACESSE:
WWW.REVISTAPB.COM.BR**

OUÇA O PODCAST REVISTA PB





Tempo de transição

Em ensaio exclusivo para a *PB*, o sociólogo Sérgio Abranches alerta para uma urgente revisão nos modelos de representação e proteção social. Abranches sublinha que o solidarismo nas redes salvou vidas; ele destaca os processos disruptivos nas estruturas social, econômica e política em curso nas sociedades. Segundo ele, o motor é uma radical revolução científica e tecnológica. “A economia digital e o mercado online mudarão tanto o capitalismo como as relações entre capital e trabalho.”

DO VAZIO À RETOMADA

Pesquisa de Emprego no Estado de São Paulo (PESP), da FecomercioSP, aponta que os setores do comércio e de serviços do Estado de São Paulo registraram, juntos, perda de mais de 300 mil empregos no acumulado do ano (até agosto de 2020). Segundo a Entidade, são exatamente esses setores que vão encabeçar a retomada.

Ensaio publicado no site da *PB* registra a desocupação de imóveis comerciais em São Paulo por causa da pandemia. As imagens são do fotógrafo Christian Parente.

Contas na ponta do lápis

No Estado de Tocantins, as aulas de Educação Financeira já são realidade desde 2009 para todos os alunos dos ensinos infantil, fundamental e médio. A disciplina deveria ter sido implantada em todo o País, mas a pandemia atrasou os planos. O episódio #13 do podcast da *PB* mostra como o ensino dessa matéria pode evitar o consumismo, ajudando crianças e jovens a entenderem a importância de um orçamento pessoal equilibrado.

Visões plurais

O site da revista *PB* traz conteúdos inéditos em reportagens e entrevistas que abordam variados temas, como o impacto do crédito emergencial para os pequenos comerciantes atingidos pela pandemia, até um panorama sobre as doenças raras no País. Ainda oferece, toda semana, análises assinadas por especialistas de diversas áreas do conhecimento, como é o caso de docentes e estudantes do King's College London e de professores de instituições nacionais de referência, na coluna “Ciência Política”.





A PRIMEIRA QUE NÃO QUER SER A ÚLTIMA

texto FABIOLA PEREZ

ESPERANÇA DE MULHERES E MINORIAS ÉTNICO-RACIAIS, VICE-PRESIDENTE NORTE-AMERICANA TEM EPISÓDIOS QUESTIONÁVEIS

A

A filósofa e ativista política norte-americana Angela Davis afirma que se uma mulher negra se movimentar, toda a sociedade se moverá com ela. Isso porque, segundo ela, tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social, onde estão essas mulheres. A eleição da ex-procuradora-geral Kamala Harris à vice-presidência dos Estados Unidos simboliza essa movimentação. Com o presidente democrata Joe Biden, seu governo pode significar o movimento de milhares de mulheres e minorias étnico-raciais no país mais desenvolvido do mundo.

“No passado, os norte-americanos não tinham grandes expectativas para os vice-presidentes, mas, hoje, muitos progressistas e afro-americanos esperam que ela seja uma defensora eficaz de seus interesses”, afirma John Pitney, professor de Política da Claremont McKenna College. Já Sumit Ganguly, professor de Ciências Políticas da Indiana University, alerta que, apesar das grandes expectativas que as minorias têm sobre ela, parte dos norte-americanos terá dificuldade em reconhecê-la no cargo. “Apoiadores do ex-presidente Trump esperam ansiosos que ela vacile e cometa erros óbvios.”

No discurso da vitória em Wilmington, Delaware, no dia 7 de novembro, Kamala, que tem 56 anos, lembrou da mãe Shyamala Gopalan Harris, que deixou a Índia nos anos 1960 em busca do “sonho americano”. Estou pensando nela e nas gerações de mulheres negras, asiáticas, brancas e latinas que, ao longo da história da nação, criaram o caminho para esta noite”. Ela des-

tacou a importância das mulheres negras às quais se referiu como “a espinha dorsal” da democracia dos Estados Unidos. Seu olhar sensível às políticas de gênero ficou mais uma vez evidente: “Embora eu seja a primeira, não serei a última, porque toda menininha que estiver nos assistindo hoje verá um país de possibilidades.”

Políticas públicas para as mulheres devem ser sua grande marca. “Mulheres na política, no governo ou nas negociações estarão no centro das atenções da vice-presidente”, afirma Gimena Sánchez-Garzoli, uma das diretoras do Washington Office on Latin America (WOLA). “Muitos temas serão pensados sob a perspectiva das mães, como a brutalidade policial e os impactos do sistema de justiça criminal sobre as crianças”. O mesmo deve se dar em relação às políticas de combate ao coronavírus. “Ainda não sabemos qual enfoque Kamala dará, mesmo assim, vamos ver uma abertura maior no diálogo com as famílias”, diz Gimena. Na política externa, de acordo com Paulo Daniel Watanabe, professor de Relações Internacionais da Universidade São Judas, “Biden deve utilizá-la para manejar temas referentes, sobretudo a países da América Latina e nações em desenvolvimento.”

DISCURSO QUESTIONADO

Além da hostilidade que Kamala enfrentará nos próximos anos por parte de republicanos conservadores e radicais, outras dificuldades devem vir à tona. “Não adianta só ter o discurso de reconciliação, prometendo unidade entre os povos”, afirma Cristina Pecequillo, professora de Ciências Políticas

“NO PASSADO, OS NORTE-AMERICANOS NÃO TINHAM GRANDES EXPECTATIVAS PARA OS VICE-PRESIDENTES, MAS, HOJE, MUITOS PROGRESSISTAS E AFRO-AMERICANOS ESPERAM QUE ELA SEJA UMA DEFENSORA EFICAZ DE SEUS INTERESSES.”

JOHN PITNEY, professor de Política da Claremont McKenna College

e Econômicas da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Para a estudiosa, o governo do ex-presidente Barack Obama deixou passar pontos importantes, como não ter dado a devida atenção ao eleitor médio. “Esse cidadão norte-americano, que carece de emprego, saúde e faz parte da classe média branca que perdeu renda, votou no Trump em 2016”, diz. “É preciso ouvir o lado mais moderado.”

Além disso, Cristina acredita que a recuperação econômica deve abarcar todas as parcelas da sociedade. “Discutir um plano universal de saúde é importante, mas, talvez, seja fundamental debater o salário para dar acesso a isso.”

Apesar da habilidade de interlocução, Kamala ainda deve acertar o tom político para o novo cargo. “Falta um pouco de jogo de cintura. Ela vai adquirir uma experiência maior no dia a dia da política”, afirma a professora. “Como política, precisa ganhar intensidade. Isso porque todos esses temas têm um forte viés de negociações internacionais, espaço em que ela precisa se solidificar”, explica a docente da Unesp, ao reforçar que o partido Democrata deve se encarregar de prepará-la para o percurso. “A escolha dela para o posto foi cirúrgica, mas será que se sairá à altura do desafio?”

Eleita duas vezes procuradora do condado de São Francisco e procuradora-geral da Califórnia, em 2010, o discurso progressista da vice-presidente foi questionado diversas vezes durante a campanha. Com a fama de pulso firme, ela teria lutado para manter sentenças injustas e se

oposto a reformas na Califórnia. Exemplo disso é uma lei que incentivava o procurador-geral a investigar trocas de tiros envolvendo a polícia, sobre a qual Kamala não teria se pronunciado. Seus críticos afirmaram que no momento em que os setores mais progressistas a incentivaram a promover reformas na justiça criminal, ela se opôs ou manteve silêncio.

“As atuações como procuradora, porém, não refletem o discurso da candidata”, diz Watanaabe. O seu trabalho, no entanto, foi fundamental para chegar ao Senado em 2016, tornando-se a segunda mulher negra a ser eleita para o posto.

Divergências à parte, Biden e Kamala encaram um país em efervescência. Movimentos como os que protestaram pela morte de George Floyd, segundo Gimena, continuarão ativos. “Faltamente, os anseios mais progressistas recairão sobre a vice-presidente”, diz. “Acredito que, por um lado, ela começará diálogos sobre a superlotação do sistema prisional, sentenças por tráfico de drogas, legalização da maconha e brutalidade policial. Por outro lado, outras mudanças virão de pressões de movimentos sociais e ativistas”. Nesse sentido, Cristina, da Unesp, diz que é preciso perder o receio e apostar nas reformas. “O país tem passado por uma mudança social em que esses grupos étnico-raciais têm uma força cada vez maior.”

FILHA DE IMIGRANTES

Mas qual a dimensão do simbolismo que a vice-presidente carrega? Kamala nasceu em ou-

tubro de 1964, em Okland, na Califórnia. A mãe, Shyamala Harris, atuava como pesquisadora de câncer de mama, e o pai, Donald Harris, de origem jamaicana, deixou o país onde nasceu, também na década de 1960, para cursar pós-graduação na Universidade de Berkeley. Para as filhas, o casal escolheu nomes de deusas hindus: Kamala e Maya. No bairro negro de Berkeley, onde viviam, as irmãs foram apresentadas aos recorrentes protestos por direitos civis e rapidamente se engajaram. Quando Kamala completou sete anos, seus pais se divorciaram, e a mãe ganhou na Justiça a guarda das filhas. Shyamala se mudou, então, para o Canadá, onde deu sequência ao trabalho de pesquisadora.

Após se formar em Direito na Universidade Howard, em Washington, Kamala passou por diversos cargos públicos até oficializar a candidatura ao segundo cargo mais importante dos Estados Unidos. A irmã, Maya, se tornou advogada com atuação na política e em direitos humanos.

“Minha mãe era uma mulher orgulhosa, uma indiana com sotaque forte”, disse Kamala, em entrevista a um jornal norte-americano. “As pessoas a olhavam por cima do ombro por causa do seu sotaque, não a levavam a sério e questionavam sua inteligência. Mas ela provou que estavam todos errados”, disse. “O que me impressiona em Harris é sua franqueza e determinação de aço”, afirmou Sumit Ganguly, da Indiana University. O discurso alinhado à trajetória de vida evidencia a relevância de uma mulher negra ocupando um espaço de poder.

“Ela leva consigo para o novo governo a vivência de uma filha de imigrantes, e essa perspectiva é intransferível”, analisa Hannah Maruci, doutoranda e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e coidealizadora da Tenda das Candidatas, espaço dedicado a cursos de formação de política para mulheres e ao apoio a candidaturas femininas.

Em decorrência dessa trajetória, Kamala pode ser uma voz política capaz de resguardar direitos das populações negra e imigrante do país. “As mulheres negras são esquecidas no processo de inclusão. Nossas questões e nossas necessidades são esvaziadas”, diz Thayná Yaredy, advogada e fundadora da Gema Consultoria em Equidade. “Temos nela uma chance de pautar políticas públicas no âmbito do Estado, com base em um olhar interseccional. Pode significar o início de um debate pelas mãos dela”. Ao mesmo tempo, mulheres em espaços de poder sofrem frequentemente violência. “Há uma expectativa sobre o que ela fará, mas nem sempre pessoas que se colocam em campos mais progressistas conseguem pôr em prática grandes mudanças. O próprio Obama não conseguiu reduzir o superencarceramento”, explica. A advogada afirma, porém, que Kamala já é considerada uma pessoa que luta contra violências históricas. “Ela é a personificação de tudo o que há contra o ex-presidente Trump. Resta saber se conseguirá cumprir uma agenda além dos compromissos da ‘branquitude’ e se dirija às pessoas silenciadas.”

Apesar das críticas, Ganguly, da Indiana University, considera a trajetória de Kamala admirável. A advogada Laura Astrolabio, especialista em Direito Público e cocriadora da Tenda das Candidatas, afirma que o carisma de Kamala poderá ajudá-la na aproximação com a população, reduzindo o distanciamento entre políticos e sociedade. “A vice-presidente está ali para desconstruir o imaginário coletivo. Em que pese ela não ser pobre, é uma mulher negra da base da pirâmide que movimentou toda a estrutura social”. Assim, se Kamala conseguir evitar os erros de seus antecessores e construir um legado próprio, 2021 será apenas um teste, e a “garotinha da Califórnia que ia de ônibus todos os dias para a escola”, como disse ela em campanha, poderá abrir caminho para outras mulheres na política e conquistar o mais importante cargo do mundo. “Isso, sim, será uma mudança estrutural”, afirmou Hannah, da USP.

“KAMALA ESTÁ ALI PARA DESCONSTRUIR O IMAGINÁRIO COLETIVO. EM QUE PESE ELA NÃO SER POBRE, É UMA MULHER NEGRA DA BASE DA PIRÂMIDE QUE MOVIMENTOU TODA A ESTRUTURA SOCIAL.”

LAURA ASTROLABIO, especialista em Direito Público e cocriadora da Tenda das Candidatas

RECONSTRUÇÃO E UNIFICAÇÃO NO PÓS-TRUMP

No discurso da vitória, a vice-presidente alertou para as tendências autoritárias ainda que em um país democrático, em alusão à política do ex-presidente Donald Trump. “A democracia não está garantida, nunca devemos tomá-la como certa. Ela é tão forte quanto nossa vontade de lutar”, disse. “Sei que os tempos são difíceis, especialmente nos últimos meses, mas, por quatro anos, vocês marcharam e se organizaram por igualdade e justiça. Vocês passaram uma mensagem clara, escolheram a esperança, a decência.”

Apesar de deixar inequívoca a ruptura com o governo anterior, a atual vice-presidente prometeu governar para todos os norte-americanos, em sinal de unificação. “Vamos reconstruir a economia, combater o racismo. O caminho não será fácil, mas a América está pronta.”

Apesar de derrotado, Trump ainda tem o apoio de quase metade dos norte-americanos. “Ela vai precisar equilibrar os dois lados se quiser se transformar em uma candidata à presidência”, afirma Paulo Daniel Watanabe. Para o professor de Relações Internacionais, Kamala tenderá a ser mais contida em um primeiro momento, observando os primeiros passos do novo governo. “No entanto, as pautas pelas quais foi eleita são temas marginalizados, e ela deve usar isso como um diferencial.”

Haverá ainda um movimento de reconstrução pós-Trump. A vice-presidente, explica Gimena, retomará temas propostos por Obama, como a inclusão racial e direitos para as pessoas LGBTI. “Durante o governo Trump, foram cortados os financiamentos para políticas de gênero, e os Estados Unidos saíram de importantes tratados internacionais”. Na política externa, Watanabe acredita que haverá uma tendência multilateral com ênfase nos direitos humanos.

A expectativa é que Kamala seja pressionada por republicanos e democratas simultaneamente. “Os movimentos mais progressistas a empurrarão para estes caminhos; e os conservadores, para pautas mais nacionalistas. Essa será uma grande dificuldade”, explica Gimena. “Vimos isso durante o governo Obama, mas a parcela conservadora cruzou muitas linhas da falta de respeito. Ela precisará usar seu estilo prático e sua inteligência para enfrentar isso.”



21

PEDAGOGIA DO OPRIMIDO 2.0

relevante, por mais que muito do que concebemos como educação tenha, felizmente, mudado desde então.

Apesar de o livro ainda ser um norte, é preciso, contudo, reconhecer que o experimento massivo e global de ensino a distância que tivemos em 2020 coloca problemas ou desafios que requerem outras pedagogias. O modelo medievalista de ensino universitário tem triunfado e por certo continuará presente; mesmo assim, é preciso buscar outras soluções. Entre colegas docentes, ficou clara uma divisão: há os que abraçam e os que rechaçam as novas condições. Muitos querem transferir o ambiente da sala de aula para as telas, com alguns programas inclusive emulando auditórios virtuais para recriar o que ficou para trás em março do ano passado; outros começaram a explorar incessantemente tanto o que as ferramentas digitais podem proporcionar como que tipo de pedagogia pode ser forjada para dar conta do mundo em que vivemos.

Não é preciso ir muito longe para perceber que ainda há muito a explorar no que diz respeito ao uso de tecnologias em práticas pedagógicas. Em 2018, quando li que o Imperial College de Londres desenvolvia um sistema em que o professor era reproduzido em um holograma, pensei que era um futuro ainda longínquo. Hoje, já não vejo da mesma maneira. O pensamento crítico sobre essas novas tecnologias cabe a cada pedagogo e também aos nossos projetos educacionais, mas isso não significa que tais inovações não tenham espaço nos processos educativos. É por isso que o livro de Freire transcendeu seu tempo: entre adultos analfabetos do Nordeste brasileiro ou entre estudantes de universidades de elite no mundo, a pedagogia do oprimido usa o que estiver disponível para ajudar na construção de uma consciência crítica para além da mera transmissão de conteúdos. Os novos desafios requerem uma “pedagogia do oprimido 2.0”.

&

Outro dia, numa aula por internet (a norma em 2020 do ensino superior no mundo), alguns alunos me chamaram a atenção para um jubileu que passou despercebido em meio à pandemia. *Pedagogia do oprimido*, de Paulo Freire, foi publicado em 1970 em tradução para o inglês antes mesmo da versão em português, que só saiu no Brasil em 1974 (Freire era – e ainda é! – considerado um inimigo da ditadura militar que tomou o poder em 1964). O manuscrito viajou como “contrabando” levado por um suíço com passaporte diplomático, evitando assim que a mala fosse revistada, e o material, confiscado, na chegada ao país. O texto fora escrito em 1968, quando Freire estava exilado no Chile trabalhando para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). No ano seguinte, levou-o à Universidade Harvard, nos Estados Unidos, onde atuou como consultor na Escola de Educação. Lá conseguiu que o livro fosse traduzido e publicado. É difícil mensurar o tamanho do impacto dessa obra, mas certamente poucos são os livros surgidos do contexto brasileiro que tenham logrado algo semelhante em nível internacional (na verdade, não consigo pensar em nenhum).

O livro fala ao contexto de sua época e, como qualquer obra, pode ter leitura datada, desestimulante, em potencial para leitores de 2020. É por isso que me interessa ver as reações dos alunos quando leem a crítica da concepção “bancária” da educação que Freire desenvolve. São estudantes que, assim como as inúmeras edições do livro, são genuinamente internacionais: a sala de aula virtual alcança China, Índia, Estados Unidos, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Singapura e Brasil. De suas casas, os alunos animadamente me lembram que a obra de Freire ainda é



FELIPE BOTELHO CORREA

é professor associado da Faculdade de Artes e Humanidades do King's College London

PUBLICIDADE NÃO MUDARÁ IMAGEM DO BRASIL



DANIEL BUARQUE

é jornalista, escritor e pesquisador no doutorado conjunto em Relações Internacionais do Brazil Institute, do King's College London, e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP)

A piora gradativa na imagem internacional do Brasil parece ter acendido um alerta no governo de Jair Bolsonaro. Enquanto o País ganhava manchetes pelo mundo por seus problemas políticos e econômicos, pela destruição de amplas áreas da Amazônia e do Pantanal e era visto como o epicentro da pandemia, a Presidência resolveu contra-atacar com propaganda.

Primeiro, houve a revelação de que Bolsonaro havia solicitado a troca de embaixadores em vários países porque não estavam “vendendo uma boa imagem do Brasil”. A missão foi vista como ineficaz e problemática por especialistas. Recentemente, levantamento realizado pelo UOL mostrou que, em dois anos, o governo gastou 17 vezes mais com publicidade no exterior do que todos os antecedentes da última década, em um total de mais de R\$ 39 milhões. Segundo a Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), a medida tinha como objetivo “contrapor percepções equivocadas e descontextualizadas que, por vezes, surgem no cenário internacional”.

O Brasil, de fato, tem visto a sua imagem internacional se derreter desde 2013, com sucessivas crises, situação esta que piorou ainda mais desde que Bolsonaro chegou ao poder. Entretanto, reclamar da forma como é retratado no exterior e investir em publicidade não vai resolver o problema da reputação nacional. Isso porque a “marca” de um lugar é uma questão muito mais ligada à sua identidade do que simplesmente à imagem, e só pode ser alterada pelo que o País é e faz, sem sofrer nenhum efeito pelo que diz em propagandas. O Brasil precisa melhorar sua imagem internacional pela ação, não pelo discurso.

Abordagem crítica semelhante foi usada pelo publicitário Washington Olivetto em artigo de junho do ano passado. Segundo ele, não adian-

ta o Brasil fazer publicidade para melhorar sua imagem se o “produto” (o próprio Brasil) não é bom e está passando por problemas reais. Seria preciso melhorar o País como um todo para que a sua reputação fosse melhor.

Essa ideia está bem clara em estudos acadêmicos sobre a percepção internacional a respeito de diferentes nações, chamados de “*nation branding*”. Por mais que seja evidente que os países, de fato, tenham imagens que possam ser comparadas a marcas comerciais, não é possível fazer marketing como se uma nação fosse uma marca qualquer. Pesquisadores indicam que não existe nenhum estudo de caso sério que mostre que planos de comunicação e marketing já tenham alcançado sucesso em mudar essa imagem internacional.

A forma mais eficiente de alterar a imagem de um país é pelo que já foi chamado de “diplomacia de ações”. Em vez de gastar milhões em publicidade, seria melhor investir para evitar o desmatamento e as queimadas na Amazônia e no Pantanal, alinhar-se à ciência no combate à pandemia e atuar de forma mais responsável, democrática e equilibrada tanto na política doméstica quanto nas relações internacionais, colocando-se como exemplo de sucesso a ser seguido. Isso alinhado a uma estabilidade real dos problemas sociais e políticos poderiam tornar a “marca” brasileira mais valiosa.

Pode parecer difícil, mas foi o que o Brasil fez entre os anos 1990 e 2000, quando a inflação foi controlada, a economia se estabilizou e a democracia avançou. A atuação equilibrada da política nacional levou ao crescimento e ao reconhecimento internacional, sediou a Copa e as Olimpíadas e foi capa da revista *The Economist*, que mostrava o Cristo Redentor decolando como foguete.

&



N



O Casal Bêbado – Jan Steen (c. 1655)

Não existe um nível seguro para o consumo de álcool. O alerta é da Organização Mundial da Saúde (OMS), em relatório que chama a atenção para o fato de a bebida alcoólica ser uma droga lícita, intimamente relacionada a cerca de 60 diagnósticos diferentes, associada a complicações para a qualidade de vida dos usuários e causa direta de mais de 3 milhões de mortes anuais no mundo. Segundo a entidade, a mortalidade resultante do etilismo é maior do que aquelas causadas por doenças como tuberculose, HIV ou aids e diabetes.

Das mortes atribuíveis ao consumo de álcool em todo o mundo, 28,7% ocorreram devido a lesões (acidentes de trânsito, autolesão e violência interpessoal); 21,3% por doenças digestivas; 19% por doenças cardiovasculares; 12,9% por doenças infecciosas; e 12,6% por câncer.

No Brasil, levantamento feito em 2020 no Datasus, o sistema de informática do Sistema Único de Saúde (SUS), mostra que o consumo de álcool foi responsável diretamente por aproximadamente 25 mil mortes em 2018, incluindo os casos de cirrose hepática. Por sua vez, nessa conta não entram os acidentes de trânsito ou outras causas de óbitos influenciadas pela bebida.

Gabriel Dodo Buchler, médico cardiologista da Clínica Buchler, especializada em diagnosticar e tratar pacientes com doenças cardiovasculares, aponta que o Datasus se apoia em doenças descritas na Classificação Internacional de Doenças (CID-10), e, nesse sentido, óbitos cardiovasculares estritamente causados pelo consumo de bebidas alcólicas (miocardiopatia alcóolica, por exemplo) são raros se comparados ao cenário global.

No entanto, afirma o médico, as doenças cardiovasculares figuram entre as principais causas de mortalidade na população adulta, e muitos dos fatores de risco associadas a elas são agravados pelo consumo do álcool. “É notória a piora dos níveis de pressão arterial, colesterol e diabetes, assim como o ganho de peso, além da perigosa associação entre consumo de álcool e tabagismo”, ressalta Buchler, que é também médico intervencionista do Hospital Samaritano-Higienópolis e da Beneficência Portuguesa de São Paulo.

MAIS SENSIBILIDADE

A OMS estima que 237 milhões de homens e 46 milhões de mulheres sofram com transtornos

relacionados ao consumo de álcool. Somados, superam a população da Indonésia, a quarta maior do planeta, que, em 2020, alcançou 271 milhões de habitantes. Os alcoolistas têm três vezes mais risco de desenvolver transtornos mentais que os não alcoolistas, em especial as mulheres. Outro dado alarmante é que as pessoas com transtornos relacionados ao álcool têm entre oito e dez vezes mais chance de morrer por suicídio do que a população geral, sendo que para mulheres, esse risco chega a ser 17 vezes maior.

A mulher é mais sensível por apresentar uma concentração menor da principal enzima metabolizadora no estômago, que é a álcool desidrogenase (ADH), fazendo com que o álcool chegue em maior quantidade para absorção no intestino e no fígado. Há também uma influência hormonal na metabolização do etanol.

Fábio Carezzato, médico psiquiatra do Programa de Atenção à Mulher Dependente Química (Promud), do Instituto de Psiquiatria da Universidade de São Paulo (IPq-USP), observa que o uso de álcool por mulheres geralmente ocorre em maiores quantidades e solitário, por ser mais estigmatizado que o uso em homens. “Em geral,

DOSE CERTA PARA ADOECER

texto MOURA LEITE NETTO

PROBLEMA APÓS BARIÁTRICA

Adriana Fernandez, servidora pública e *digital influencer*, de 54 anos, experimentou uma bebida destilada pela primeira vez aos 15 anos, quando sua irmã ofereceu a ela uma dose de vodca. Voltou a beber socialmente, aos 18 anos, quando ia para casas noturnas, mas foi a partir de 2013, quando passou por cirurgia bariátrica, que Adriana viu o alcoolismo se tornar um vilão para a sua saúde.

“A ingestão de comida foi substituída pelo álcool. E isso, somado ao divórcio, me abalou bastante”, conta. Houve situações que fizeram Adriana querer abandonar o vício. “O meu filho foi uma grande motivação para largar o álcool. Ele via que, às vezes, eu extrapolava. Inclusive, me coloquei em situações perigosas dirigindo.”

Adriana adotou algumas medidas, dentre elas se afastar dos amigos que apenas a chamavam para beber, passou a ingerir, sempre sem álcool, cerveja, vinho e champagne. Após algumas recaídas, ela comemora o fato de estar há três anos sem consumir bebida alcoólica e celebra esta conquista nas mídias sociais. “Como influenciadora, busco falar sobre isso, com franqueza. Além disso, procuro manter a beleza, uma aparência legal. Falar de saúde e transmitir coisas boas.”

a mulher tem pouco apoio do companheiro e da família no tratamento. Além disso, há uma hegemonia masculina na população que busca tratamento em serviços mistos. Com isso, muitas vezes elas se sentem acuadas e desconfortáveis. Isso sem falar que são mais suscetíveis a serem vítimas de abuso e violência.”

Segundo o psiquiatra, são variadas as motivações para início, manutenção e recaída do uso de álcool, havendo barreiras e especificidades de gênero que precisam ser observadas para que o tratamento seja mais eficaz. “Antes, havia o mito de que as mulheres alcoolistas eram relativamente mais graves do que os homens e teriam mais dificuldade de aderir e responder ao tratamento. Quando, na verdade, se observadas estas especificidades, elas apresentam boa evolução. A questão é que, por ser entendido como um problema masculino, há poucos serviços atentos a estas diferenças e poucas pesquisas focadas nas especificidades da mulher”, acrescenta Fábio Carezzato, que também é um dos coordenadores do curso Barato no Divã, do Instituto Sedes Sapientiae, centro multidisciplinar de estudos sobre saúde mental, educação e filosofia.

O uso crônico de álcool aumenta o risco de déficit de tiamina (vitamina B1), o que pode levar à Síndrome de Wernicke-Korsakoff, inflamação do cérebro seguida de demência. O álcool é também a principal droga relacionada a problemas na gestação, sendo a síndrome alcoólica fetal a maior causa evitável de déficit intelectual em bebês.

Ao menos uma boa notícia para as mulheres é que, de acordo com o Levantamento Nacional de Álcool e Drogas II (Lenad), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), apenas 3,6% das brasileiras são dependentes de álcool, enquanto a prevalência de dependência entre os homens no País é de 13,6%. Outro fato positivo é que mais de 80% das pessoas que são consumidoras de bebidas alcoólicas conseguem, de fato, fazer um uso controlado.

DANOS AO CORAÇÃO

Reunindo informações de quase 1,9 milhão de adultos com mais de 30 anos e saudáveis, um estudo publicado na revista científica *British Medical London* por pesquisadores das universidades de Cambridge, College London e do Royal Free Hospital, na Inglaterra, demonstrou a relação clínica entre consumo de álcool e os sinais iniciais de 12 doenças cardiovasculares.

Após seis anos de acompanhamento, 114.859 indivíduos receberam o diagnóstico de doença cardiovascular. O consumo excessivo de álcool levou ao aumento de 20% de mortes por doença coronariana, 22% por insuficiência cardíaca e mais de 30% por Acidente Vascular Cerebral (AVC) e doença arterial periférica.

“Além dos danos à saúde do coração, o consumo de álcool causa impactos social e familiar, sendo assim, a população

AS PESSOAS COM TRANSTORNOS RELACIONADOS AO ÁLCOOL TÊM ENTRE OITO E DEZ VEZES MAIS CHANCE DE MORRER POR SUICÍDIO DO QUE A POPULAÇÃO GERAL, SENDO QUE PARA MULHERES, ESSE RISCO CHEGA A SER 17 VEZES MAIOR

Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS)

precisa ser orientada”, ressalta o médico cardiologista José Alexandre da Silveira, secretário da regional no ABC da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo (Socesp) e professor de Cardiologia da Faculdade de Medicina do ABC.

Thalita Merluzzi, médica cardiologista do Hospital Israelita Albert Einstein, acrescenta que o consumo de álcool, mesmo que o moderado de vinho tinto, deve ser evitado principalmente por quem apresenta aumento de triglicérides, arritmia e hipertensão. “Há o risco das miocardiopatias (da musculatura do coração), insuficiência cardíaca causada pelo consumo de álcool. Em alguns casos, o paciente pode ter nascido com predisposição genética, e aí o álcool pode ser um gatilho”, alerta Thalita.

INCIDÊNCIA DE CÂNCER

O consumo de bebidas alcoólicas aumenta o risco dos cânceres de boca, faringe, laringe, esôfago (mais especificamente do subtipo carcinoma de células escamosas), estômago, fígado, pâncreas, colorretal (intestinos grosso e reto) e mama. Isso ocorre porque o álcool atua como um solvente que facilita que as substâncias cancerígenas contidas, por exemplo, nos alimentos ultraprocessados e no cigarro, interfiram nos mecanismos de reparo de danos do

DNA. Em resumo, deixa o organismo mais vulnerável para o desenvolvimento de câncer.

Além disso, o álcool leva à formação do acetaldeído, um metabólito tóxico da oxidação do etanol, que pode ser carcinogênico para alguns tipos de células. “O álcool pode também levar a alterações no metabolismo hormonal, por exemplo, aumentando os níveis circulantes de estradiol. Além disso, pessoas que consomem grandes quantidades de álcool também podem ter deficiência de nutrientes essenciais, como o folato, ficando mais suscetíveis aos efeitos carcinogênicos da bebida alcoólica”, explica a nutricionista Thainá Alves Malhão, da Área Técnica de Alimentação, Nutrição, Atividade Física e Câncer da Coordenação de Prevenção e Vigilância (Conprev), do Instituto Nacional de Câncer (Inca).

Alexandre Ferreira Oliveira, cirurgião oncológico e presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica (SBCO), alerta para a perigosa sinergia entre álcool e tabagismo. “Em câncer de esôfago, por exemplo, 80% dos pacientes que desenvolvem a doença são etilistas e tabagistas. O álcool é também um fator de risco muito importante para câncer na cavidade oral, nas regiões da cabeça e do pescoço, principalmente quando associado ao tabaco.”

VINHO TINTO PROTEGE?

Os estudos que associaram consumo de vinho tinto em quantidades moderadas e saúde cardiovascular têm resultados favoráveis ou neutros a este hábito. O cardiologista Gabriel Dodo Buchler explica que a presença de oxidantes (por exemplo, o resveratrol) no vinho tinto pode melhorar o perfil lipídico e inflamatório do indivíduo. O vinho tinto, acrescenta o cardiologista Thalita Merluzzi, contém flavonoides, substâncias que conferem uma proteção cardíaca por ajudar a aumentar o HDL (colesterol bom) e diminuir a oxidação do LDL (colesterol ruim, que é fator de risco para aterosclerose). Ambos os especialistas, no entanto, ressaltam que não se deve estimular a criação do hábito de consumo de vinho tinto com o propósito de incrementar a saúde cardiovascular.

O QUE É CONSUMO MODERADO?

Até 1 dose/dia para mulheres | Até 2 doses/dia para homens



Fonte: José Alexandre da Silveira, da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo (Socesp)

REDUÇÃO SÓ NA PANDEMIA

A projeção de total de gastos em 2020 com bebidas alcoólicas foi de R\$ 22,3 bilhões, ante os R\$ 30,6 bilhões desembolsados em 2019, o que representa recuo de 26,9% no consumo no Brasil. Essa diminuição, segundo o Índice de Potencial de Consumo (IPC Maps) – especializado há mais de 25 anos no cálculo do consumo nacional –, pode ser explicada pela pandemia, já que a maioria dos setores econômicos sofreu prejuízo. Verifica-se na tabela que os valores eram crescentes de 2016 a 2019 em todas as classes sociais.

IPC MAPS - ÍNDICE DE POTENCIAL DE CONSUMO

	TOTAL BRASIL (EM R\$/ANO)							VARIÇÃO % ANO ANTERIOR
	classe A	classe B1	classe B2	classe C1	classe C2	classe D/E	TOTAL	
2020	2.140.703.719	3.729.296.576	5.733.681.331	4.893.924.237	3.542.207.303	2.319.517.117	22.359.330.283	-26,9%
2019	2.767.294.757	3.904.668.526	7.126.784.731	7.534.981.338	5.622.567.062	3.649.100.721	30.605.397.135	5,1%
2018	2.603.775.576	3.668.204.411	7.425.831.286	6.793.051.808	5.435.846.164	3.206.548.190	29.133.257.435	6,4%
2017	2.351.585.427	3.574.921.116	7.522.313.550	6.130.983.124	4.565.099.149	3.244.675.588	27.389.577.954	7,9%
2016	2.289.035.978	3.385.357.245	6.932.345.965	5.698.278.456	4.134.609.831	2.945.144.453	25.384.771.928	

Fonte: Índice de Potencial de Consumo (IPC Maps 2020)

OBESIDADE E SÍNDROME METABÓLICA

Um conjunto de condições que aumentam o risco de doença cardíaca, AVC e diabetes. Assim pode ser definida a síndrome metabólica, que inclui hipertensão arterial, nível elevado de açúcar no sangue, excesso de gordura corporal em torno da cintura e níveis de colesterol anormais.

O uso abusivo de álcool piora todos estes componentes da síndrome metabólica, afirma Clayton Luiz Dornelles Macedo, médico endocrinologista da Unifesp e da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM). Ele alerta que o etanol puro contém 7 calorias por grama, valor alto que pode contribuir significativamente para o excesso calórico da dieta. “O álcool tem vários outros efeitos complexos, por exemplo, na regulação da ingestão de alimentos, bem-estar psicossocial, sono e sintomas de depressão, os quais podem influenciar muito a saúde do usuário.”

ONDE BUSCAR AJUDA?

Para pacientes que já tenham um consumo problemático de álcool, explica o psiquiatra Fábio Carezzato, é possível receber tratamento nos postos de saúde em que existam programas com grupos psicoeducativos e motivacionais, além de atendimento com médico da família ou, em alguns casos, com psicólogo. Dependendo da gravidade do caso, o paciente também pode ser encaminhado para tratamento nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), que atendem a casos de diferentes níveis de complexidade. O CAPS AD III tem leitos de pernoite para pacientes que precisem de uma desintoxicação ou afastamento temporário de seu ambiente.

Também é uma alternativa à internação hospitalar em hospital geral ou psiquiátrico, de curta duração (até seis semanas). Para casos de alta vulnerabilidade social (pessoas em situação de rua), existem outros serviços associados, como moradias assistidas ou casas de passagem, que podem acolher por até quatro semanas. As comunidades terapêuticas costumam ser vinculadas à assistência social e fornecem acolhimento social. Em geral, não recebem pacientes com comorbidades psiquiátricas ou clínicas descompensadas, pois não costumam ter médicos e enfermeiros em regime diário.

O USO CRÔNICO DE ÁLCOOL AUMENTA O RISCO DE DÉFICIT DE VITAMINA B1, O QUE PODE LEVAR À SÍNDROME DE WERNICKE-KORSAKOFF, INFLAMAÇÃO DO CÉREBRO SEGUIDA DE DEMÊNCIA

Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS)

BEBIDAS ZERO

Em 2013, com o lançamento da Brahma Zero – como a cerveja sem álcool oficial da Copa do Mundo 2014 –, a Ambev iniciou sua produção de cervejas sem qualquer teor alcoólico. A empresa brasileira, que representa dois terços de todo o mercado nacional de cerveja, afirma que há mais de 30 anos promove o consumo responsável e inteligente. “Nosso objetivo é desencorajar o uso nocivo de bebidas alcoólicas, para que toda experiência com os nossos produtos seja positiva”, ressalta Anna Paula Alves, responsável pela área de Consumo Inteligente da Ambev.

Em 2015, a ABInBev (multinacional formada em 2004 pela fusão da belga Interbrew e da brasileira Ambev) estipulou como uma de suas quatro metas globais que o volume de produtos abaixo de 3,5% de álcool chegue a 20% do portfólio alcoólico até 2025. “Diversos países já atingiram, como a China; no Brasil, estamos trabalhando com inovações para alcançar este objetivo”, afirma Anna Paula. Atualmente, as opções zero álcool da Ambev estão disponíveis no

portfólio de marcas já conhecidas, como Brahma e Wäls. “Elas têm uma boa aceitação, sendo ideal para quem gosta de cerveja e nem sempre pode ou não quer ingerir álcool.”

Do ponto de vista médico, ressalta o cardiologista José Alexandre da Silveira, não consumir qualquer quantidade de álcool é essencial para menores de idade, gestantes, pacientes com histórico de dependência de álcool, operadores de veículos motorizados e pacientes com miocardiopatia alcoólica.

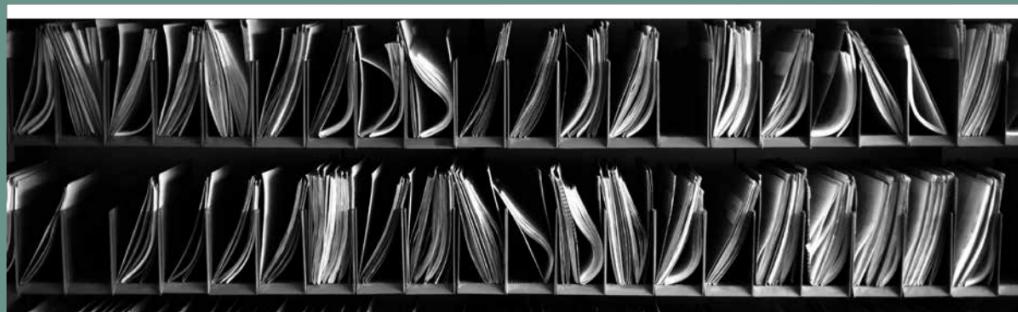
Medidas importantes em inibir o consumo de álcool no Brasil foram implementadas em 1997, com o novo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e, principalmente, em 2018, quando passou a vigorar a Lei Seca. O êxito passa também pela publicidade, com mensagens que se popularizaram como “Se beber, não dirija”. Outro fator importante é a alta tributação, que, no caso das bebidas alcoólicas, vai de 55% a 70%.

&

REFORMA ADMINISTRATIVA ESTADO CONECTADO À REALIDADE



MODERNIZAR A MÁQUINA PÚBLICA
REQUER O FIM DE PRIVILÉGIOS
E DISTORÇÕES, COMO FÉRIAS COM
DURAÇÃO SUPERIOR A 30 DIAS,
ESTABILIDADE TOTAL NA CARREIRA
DO SERVIDOR E APOSENTADORIA
COMPULSÓRIA COMO PUNIÇÃO



A cabar com o regime jurídico único para contratação de servidores e com diversos benefícios exclusivos. Esse é o objetivo do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 32/2020, elaborado pelo governo federal e encaminhado ao Congresso Nacional, para desengessar o orçamento público, aumentando a eficiência do Estado. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2021, elaborado pelo governo, prevê que aproximadamente 93,7% do que é arrecadado serão destinados às despesas obrigatórias. O restante, R\$ 96 bilhões, referem-se às despesas não obrigatórias, segundo projeção do Executivo.

Somente o gasto com a folha de pagamento dos servidores públicos (ativos e inativos) corresponde a 13,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Para se ter ideia, a média da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 9,9%, segundo a nota técnica “O peso do funcionalismo público no Brasil em comparação com outros países”, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Para a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), ao prever mais eficiência na prestação do serviço público ao lado do equacionamento dos gastos do Estado, a reforma será positiva para as contas do País, principalmente neste momento de crise.

A entidade frisa, contudo, que para que a modernização da Reforma Administrativa tenha um efeito ainda mais decisivo sobre o ambiente econômico, precisa ser seguida da modernização do sistema tributário, a qual é fundamental que ocorra por meio de um plano de simplificação de tributos – igualmente urgente para melhorar a conjuntura às empresas de forma mais rápida e sem elevação da atual carga aos contribuintes.

Hoje, o Estado é o principal alimentador da desigualdade que tanto limita o desenvolvimento justo do País. Justiça social se faz mais por meio da definição de com quem gastar do que de quem arrecadar.

FIM DOS PRIVILÉGIOS

Equacionar os gastos públicos por meio da PEC 32, acabando com privilégios e distorções, como férias com duração superior a 30 dias, estabilidade

total na carreira do servidor público e aposentadoria compulsória como punição, é o primeiro passo para modernizar a administração, contribuir para o equilíbrio fiscal e oferecer serviços de qualidade. Por outro lado, o texto da proposta deixa de fora os atuais servidores, assim como também membros de poderes como magistrados, parlamentares, militares e promotores do Ministério Público.

Os altos salários e privilégios pagos ao Poder Judiciário correspondem a 1,3% do PIB, segundo o documento da CNI. Este fato isola o Brasil da realidade praticada em países como Espanha (0,12%), Argentina (0,13%) e Reino Unido (0,14%), onde o Judiciário compromete muito menos as finanças públicas.

A FecomercioSP defende uma reforma ampla, que atinja todos os poderes e os seus membros, pois é a única forma de trazer impactos significativos na qualidade dos gastos, na organização das despesas, na prestação de serviços e no crescimento econômico.

FOCO NA EFICIÊNCIA

A avaliação de desempenho é outra ferramenta proposta pela PEC 32 para melhorar a eficiência do serviço público. Bonificações e premiações por bons resultados são práticas comuns no setor privado, e o governo pretende implantá-las na administração pública para estimular o bom servidor.

A Reforma Administrativa é necessária para que se possa reduzir o gasto público, focando os esforços do Estado em ações que são tradicionalmente seu monopólio: segurança pública, justiça, controle da moeda, relações internacionais, segurança nacional e atuação complementar relevante em saúde e educação, além da ampliação da capacidade de investimento em infraestrutura (com e sem parcerias), tudo com redução da carga tributária por meio dos potenciais ganhos de eficiência.

A preocupação com a diferença público-privado ou mesmo com a estabilidade deve existir, mas não pode nortear filosoficamente a estrutura que determina o esqueleto da reforma. Hoje, temos um sistema que, além de ineficiente, não valoriza o funcionário público competente e tem incentivos equivocados para que o servidor não

busque eficiência ou qualidade, apenas se ajuste aos incentivos perversos e “faça o tempo passar”.

Nesse sentido, o funcionário público competente, que quer buscar eficiência e ajudar a melhorar os serviços, tem que ser o privilegiado da estrutura e não deve temer uma reforma. Se não for bom para ele, não será bom para o Brasil.

SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA

Para a FecomercioSP, a modernização do sistema tributário é complemento essencial da Reforma Administrativa, por meio de medidas de simplificação. Ampliar a eficiência do Estado demanda a redução de tributos e encargos com melhor prestação de serviços e reorganização das prioridades. No entendimento da FecomercioSP, isso significa para as empresas um aumento da capacidade de investimento e geração de empregos e reduções da burocracia, dos custos de transporte e de transação com infraestrutura melhor, além de mitigação da insegurança jurídica com base na simplificação de processos e das obrigações acessórias.

Para o consumidor, tais mudanças permitem a possibilidade da redução da carga tributária percebida nos preços dos produtos, aumento da renda real pela potencial redução da tributação sobre renda e propriedades, crescimento da oferta de empregos com maior desenvolvimento da economia e elevação da percepção de cidadania com a redução de privilégios a certos grupos posicionados além de ganhos de eficiência bastante relevantes com redução do peso do Estado, criando um ambiente de rápido crescimento e de propensão ao investimento.

Com base em um novo desenho de Estado, viabilizado na Reforma Administrativa e na simplificação tributária, é possível se obter o equilíbrio fiscal, bem como a melhoria do ambiente de negócios e dos incentivos econômicos, além da mitigação das desigualdades a um nível tolerável.

FECOMERCIO SP

Acesse www.fecomercio.com.br

Da ONU para o mundo

O surgimento de um gigante econômico, militar e político provoca mudanças profundas na configuração do poder global. Está fazendo 50 anos desde que isso ocorreu pela última vez e não deixa de ser irônico que a China, potência despertada pela ação dos Estados Unidos, hoje seja seu principal concorrente pela hegemonia planetária.

texto HERBERT CARVALHO

No início dos anos 1970, os Estados Unidos buscavam um aliado de peso para desequilibrar a Guerra Fria que, então, travavam com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), país extinto e substituído pela Rússia no tabuleiro do xadrez mundial. Sob a liderança do presidente republicano Richard Nixon e do então conselheiro de Segurança Nacional (e, mais tarde, secretário de Estado) Henry Kissinger, buscavam também uma saída honrosa do atoleiro na Guerra do Vietnã. Para isso, não podiam continuar a ignorar o país asiático com os maiores território e população.

Para completar, embora fosse um país socialista desde a revolução vitoriosa de 1949, comandada por Mao Tsé-Tung, a China acumulava graves conflitos com a URSS, o que poderia ser explorado favoravelmente pelos Estados Unidos, na ótica de Nixon e Kissinger.

Tudo começou com o que foi chamado de “diplomacia do pingue-pongue”. Em abril de 1971, a seleção estadunidense de tênis de mesa disputava o campeonato mundial da modalidade, no Japão, quando foi surpreendida por um convite para jogos amistosos com os chineses, *experts* nesse esporte. Uma foto dos atletas visitando a Muralha da China foi capa da revista *Time*, sob o título “China: um jogo totalmente diferente”.

A partir daí, os fatos se sucedem rapidamente. Ainda no mês de abril, os Estados Unidos levantaram o embar-

go a produtos chineses, que durava mais de 20 anos. Em junho, Kissinger chega para uma conversa com Mao. No dia 25 de outubro, a China é admitida na Organização das Nações Unidas (ONU), como membro permanente do Conselho de Segurança.

Em fevereiro de 1972, ocorre a visita de Nixon. Estava pavimentada a estrada para a volta ao cenário internacional do antigo Império do Meio, correndo em raia própria à sombra da disputa EUA *versus* URSS. A partir da década de 1990, quando Deng Xiaoping traça o rumo que designou como “socialismo de mercado”, a China protagoniza um crescimento industrial vertiginoso, transformando-se na “fábrica do mundo”.

Ao ser questionado se esse regime, afinal, era socialista ou capitalista, Xiaoping selou com sua resposta o que dali em diante seria o pragmatismo chinês: “Não me interessa o nome do gato, desde que ele cace o rato”.

Os principais países europeus mantinham relações com a China desde os anos 1950. O Brasil começou a se aproximar com a política externa independente de Jânio Quadros, tanto que o vice-presidente, João Goulart, estava em Pequim quando o presidente renunciou, em 1961. Uma missão comercial chinesa veio em seguida ao País, mas os seus integrantes acabaram expulsos após o Golpe de 1964, mesmo ano em que a China entrava para o seleto clube das potências nucleares.

Subordinado à diplomacia dos Estados Unidos desde o início do regime militar, o Brasil foi o último país latino-americano de relevância a estabelecer relações com a República Popular da China, em 1974, no início do período Geisel. Antes disso, porém, a então estatal Vale do Rio Doce já vendia minério para o país asiático, de acordo com Jean-Claude Silberfeld, consultor de relações internacionais da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

Depois de dez anos, o presidente Figueiredo visitou Pequim. No governo Sarney, houve importante cooperação espacial por meio do projeto de satélite sino-brasileiro. A mudança de patamar ocorreu no início dos anos 1990, na presidência de Itamar Franco, quando foi assinada uma parceria estratégica que fez deslanchar o volume de negócios entre os dois países. Silberfeld recorda: “Até então, a presença da China se limitava aos círculos diplomáticos de Brasília. Em 1996, a FecomercioSP recebe a primeira delegação empresarial chinesa, da província de Hubei”. À época, o comércio com a China girava em torno de US\$ 1 bilhão por ano. Atualmente, apenas o superávit brasileiro é superior a US\$ 100 bilhões.

A emergência da China como principal mercado para as exportações brasileiras ocorre no governo Lula. As vendas de soja e minério de ferro, principalmente, fazem com que os chineses se tornem os maiores parceiros comerciais do Brasil em 2009, deslocando os estadunidenses, que ocupavam essa posição desde o término da Guerra do Paraguai, em 1870.

Ao se iniciar o século 21, a participação chinesa no fluxo total do intercâmbio brasileiro com o mundo era de 6%, enquanto os Estados Unidos respondiam por 20%. Já no fim do governo de Dilma Roussef, em 2015, a parcela da China no comércio exterior brasileiro havia alcançado 18%, enquanto a dos Estados Unidos baixara para 14%. “Provavelmente jamais houve, em nossa história econômica, transformação de tamanha envergadura em tão pouco tempo”, avalia Rubens Ricupero, diplomata e ex-ministro da Fazenda.

Do ponto de vista chinês, porém, o fato é corriqueiro: o Brasil é apenas mais um entre 128 países que têm na China o principal parceiro.

Único país relevante a manter crescimento econômico em meio à depressão mundial causada pela pandemia, a China acumulou mais duas vitórias em 2020: a erradicação da pobreza extrema (100 milhões de pessoas retiradas dessa condição nos últimos anos) e a superação dos Estados Unidos em patentes de inteligência artificial. Destacou-se, ainda, na corrida por uma vacina eficiente contra o covid-19 e lidera a implantação das redes 5G por meio da empresa Huawei.

Esse desempenho evidencia a importância estratégica da parceria para o Brasil, que vai muito além das trocas comerciais. A Chi-

na é também um crucial investidor em setores como infraestrutura e energia. Segundo o Conselho Empresarial Brasil-China, de 2007 a 2018, os chineses investiram US\$ 58 bilhões no País. Para se ter ideia, apenas na parceria público-privada com o governo da Bahia, o aporte chinês será de R\$ 7,7 bilhões para a construção da ponte Salvador-Itaparica, cujo término é previsto para 2025 e que será a maior da América Latina, superando a Rio-Niterói.

&



Mao Tsé-Tung jogando pingue-pongue – Imprensa oficial da República Popular da China

BOLSONARO, O ILIBERAL BRASILEIRO

Pela maneira como governou o País no ano passado, o presidente da República começa 2021 sem saber se democracia, liberalismo, combate à corrupção, reformas, emprego, inflação, renda e vacina farão parte do seu legado positivo e estão de acordo com a esperança e as razões da revolta que o elegeram.

Se o temperamento conflitivo, a ênfase na mudança de costumes, o gosto pelas redes sociais, as críticas à retidão do processo eleitoral à moda Trump e a defesa das reformas (que não aconteceram), no início, chamavam atenção, com a pandemia e outros tropeços passaram a despertar curiosidade e dúvida. Muitos se perguntam onde pode parar um governo com tanto fôlego para a polêmica e pouco horizonte prático para a resolução de problemas.

Quando o presidente se recusou ao dever de coordenar nacionalmente as ações de proteção à saúde em virtude da pandemia, confrontando e demitindo dois ministros-médicos, para substituí-los por um militar sem conhecimento da área, perdeu a chance de se tornar o líder da Nação. Até ver a vacinação no País, a mais atrasada campanha entre os desenvolvidos e emergentes, se iniciar por São Paulo, Estado governado pelo seu maior adversário.

Confusões fizeram 2020 transcórrer tomado pela polêmica inútil sobre saúde-doença, debatida exaustivamente pelos governos do mundo na direção contrária ao que sustentava

o Planalto. O País, confundido pelas diversas versões da pandemia, estimuladas pela ação do presidente, não conseguiu colocar o Sistema Único de Saúde (SUS), sua maior força, com a maior vantagem possível. E assiste diariamente à morte de centenas de brasileiros, os quais veem o presidente não mostrar misericórdia pelo outro, mas pedir compreensão para si. Não deu outra: contra o isolamento dos brasileiros, quem mais se isolou foi o presidente.

Outro fato marcante de 2020, explicável pela maneira intempestiva com que Bolsonaro governa, foi seu rompimento com o principal símbolo de combate à corrupção nos últimos anos, o ministro da Justiça Sergio Moro. A partir daí, as ações anticorrupção, centradas fortemente na suspeita sobre agentes públicos e o sistema político, ficaram no passado, mudaram de rumo e o governo passou a investir na criação de uma estrutura de forças armadas para as polícias estaduais.

Montado em certeza insustentável de que a democracia como funciona não tem jeito, cooperou o mais tradicional grupo informal e volúvel do Congresso, o “Centrão”, para criar uma base parlamentar mínima depois de perder o apoio do partido pelo qual se elegeu. Sem medir as consequências para a credibilidade do Poder Legislativo, ampliou as críticas ao processo eleitoral e tirou da cartola, como mágico, a condenação das urnas eletrônicas vendo fraude em tudo, como um Brizola fora de época. Percebendo que se enfraqueceu nas eleições municipais, esqueceu suas críticas ao Congresso e decidiu participar ativamente da sua sucessão.

Entretanto, de todas as excentricidades, a mais interessante é a forma como pratica as ideias liberais que propaga. Com o seu terceiro ano de governo se iniciando com uma combinação de ausência de reformas estruturais, baixa renda com juros baixos, desemprego, sinais de inflação, reestruturação da geopolítica mundial e discurso ambiental oficial adverso, pior do que o alto preparo das empresas do agronegócio em termos de preservação da natureza, a segunda onda de infecções pelas mutações do vírus, 2021 já é um ano de altíssima incerteza. Uma consagração preocupante das ideias e das ações do maior iliberal brasileiro.

&

Inflação e crescimento em 2021

Depois de registrar uma rápida recuperação ao longo do ano passado, a evolução da economia brasileira nos últimos meses do ano deixou duas preocupações para 2021: rápida aceleração da inflação e arrefecimento no ritmo de crescimento do nível de atividade. Até que ponto estas sinalizações podem comprometer o desempenho econômico do País neste ano?

De início, é importante destacar que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano com expansão de 4,52%; muito acima do que se projetava até o fim do terceiro trimestre (as previsões da pesquisa Focus até setembro de 2020 indicavam inflação ao redor de 2%). Apesar desses números, essa aceleração certamente não representa um descontrole inflacionário.

Analisando-se a composição do IPCA, verifica-se que a pressão inflacionária está muito concentrada no item “alimentação” (principalmente semielaborados), que respondeu por mais da metade da variação, consequência da desvalorização cambial, uma vez que os preços dos produtos do agronegócio são “colados” às cotações internacionais.

Observa-se, portanto, que a inflação é pontual e não generalizada. Considerando ainda que: **A)** a inflação é variação de preços e não nível de preços; **B)** a tendência do câmbio é de estabilização ou até mesmo queda (em 2020, o real se desvalorizou quase 30%); e **C)** a safra será muito favorável e, certamente, a inflação no fim de 2021 estará bem comportada. Apesar desses pontos mais positivos, ocorrerão alguns “sustos” ao longo deste ano, uma vez que a inflação de 12 meses deve subir até meados de 2021, com isso, podendo atingir taxas próximas a 6%, para depois entrar em declínio, e “fechar” o

ano em 3,5%, abaixo da meta – de 3,75%. O risco maior para este quadro seria o rompimento do teto de gastos.

Em relação ao nível de atividade, embora ainda não haja à disposição dados relativos ao fim do ano passado, indicadores parciais mostram desaceleração das vendas no comércio. O índice de confiança dos consumidores voltou a cair em dezembro, o mesmo acontecendo com o índice de confiança empresarial (a exceção foi o índice de confiança da indústria, que continuou em ascensão, dado que o setor se encontra ainda num processo de reposição de estoques).

Mesmo considerando essa perspectiva e ainda as incertezas que se mantêm para os próximos meses (“tamanho” da segunda onda, velocidade da vacinação, criação de eventuais programas de transferência de renda, etc.), pode-se esperar um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,5% (3,4% de acordo com a Focus).

Aqui é importante destacar a diferença entre a média de crescimento do ano (os 3,5% projetados) e o crescimento “na margem”. A primeira, ao considerar o nível médio de 2021 em relação ao nível médio do ano anterior, é favorecida pelo baixo nível de atividade do segundo trimestre de 2020, lembrando que a economia se recuperou fortemente no terceiro trimestre, mas deu sinais de arrefecimento no quarto.

Nesse sentido, somente o efeito estatístico (carregamento) garante crescimento em torno de 3%, ou seja, mesmo que o PIB se estabilize nos níveis observados no fim do ano passado, tal expansão estará garantida. Isto significa dizer que, ao longo de 2021, o crescimento do nível de atividade “na margem” será bastante fraco. Há possibilidade, inclusive, que ocorra alguma contração no início do ano, em razão do encerramento do auxílio emergencial e da presença da segunda onda. Depois, é possível esperar alguma recuperação que, reforçando, na margem deve ser bastante contida.

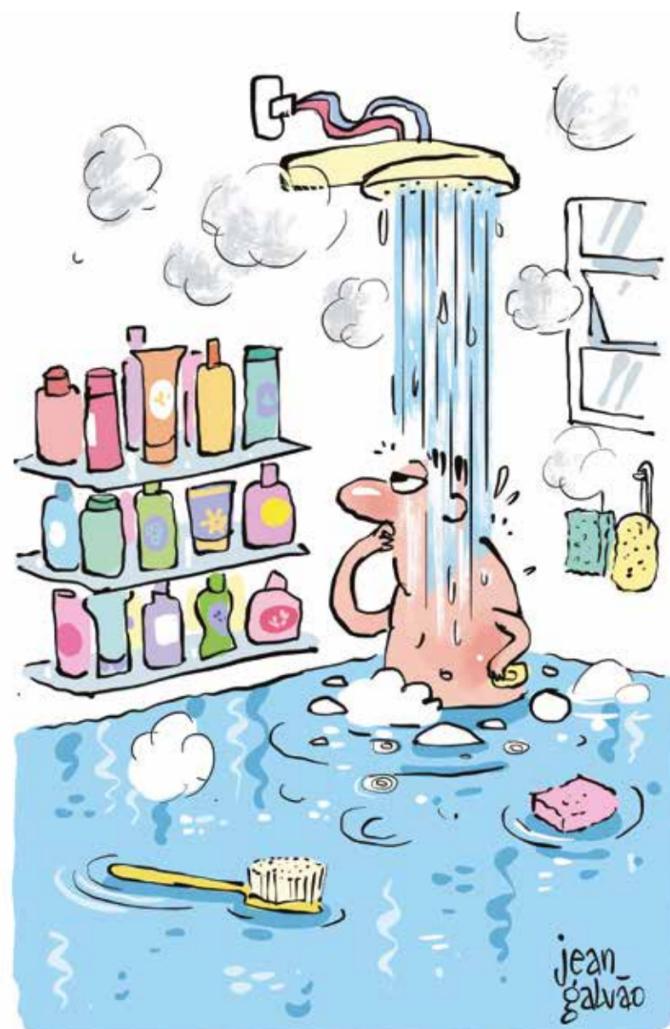
&



ANTONIO LANZANA
é copresidente do
Conselho de Economia
Empresarial e Política
da FecomercioSP,
professor da
Universidade de São
Paulo (USP) e da
Fundação Dom Cabral



PAULO DELGADO
é sociólogo e
copresidente do
Conselho de Economia
Empresarial e
Política (CEEP) da
FecomercioSP



Quer ver mais ciência na imprensa brasileira?

É na Agência Bori que os
jornalistas buscam pesquisas
científicas para suas pautas.

bori
agência

A Bori é a primeira agência do país que entrega aos jornalistas exatamente o que eles precisam: pesquisas feitas por cientistas brasileiros, de qualidade, inéditas, com texto explicativo e contato de fontes para entrevistas.

Se sua instituição quer apoiar esse projeto e incentivar a cobertura jornalística baseada em evidências científicas, fale com a gente:
bori@abori.com.br

abori.com.br

A REPRESENTATIVIDADE QUE NÃO É “SÓ DA BOCA PARA FORA”.

Tem muita gente por aí que fala demais e promete muito.

E este, definitivamente, não é o nosso caso: nós fazemos e cumprimos (até comentamos pouco sobre as nossas entregas). Todos os dias, encaramos o desafio de estabelecer um ambiente de negócios favorável ao empreendedorismo.

Nossas ações e decisões envolvem empresários, lideranças empresariais, gestores, consultores, formadores de opinião e especialistas que são referências em suas áreas.

Ao seu lado, identificamos as dores e as necessidades do empreendedor, organizamos demandas e elaboramos pleitos que encaminhamos a todas as esferas governamentais.

Somente nos primeiros 6 meses da pandemia, endereçamos um total de 117 pleitos ao Poder Público, elaborados ao lado de 24.157 empresas.

Aliás, uma das nossas conquistas mais relevantes no período impediu um colapso logístico, garantiu a entrega de mercadorias à população, possibilitou a sobrevivência de milhares de empresas e ainda foi decisivo para o e-commerce crescer 6 anos em 6 meses.

É assim que trabalhamos em torno de diferentes aspectos que afetam diretamente a vida de empreendedores e cidadãos brasileiros. Acreditamos que diálogo e mobilização sejam as bases de uma representatividade efetiva e com propósito.

Por isso devem estar lado a lado na busca pela desburocratização, pela modernização e pela simplificação que buscamos para o País.

Quer saber mais e fazer parte?

Acesse: representa.fecomercio.com.br/advocacy

Empreendedorismo | Representatividade | Mobilização

Advocacy FecomercioSP. Tudo por sua causa.

